

## Linhas fortificadas e vida quotidiana: da Muralha da China à Muralha do Atlântico

Vasco Gil Mantas\*

O tema de história militar seleccionado para estas Jornadas não é, ao contrário do que sucede com muitos outros, tratado habitualmente<sup>1</sup>. Compreende-se sem dificuldade esta circunstância, uma vez que a análise de aspectos bélicos mais activos retém a atenção da maior parte dos historiadores, deixando quase sempre em segundo plano a análise da relação entre as grandes linhas fortificadas e a vida quotidiana, de civis e militares, na região onde elas foram estabelecidas. Procuraremos esboçar um pouco do que foi a vida daqueles que mantinham as fortificações, na paz e na guerra, e daqueles que com eles conviviam, forçadamente ou não. Veremos que muitos aspectos referidos no contexto específico das Linhas de Torres Vedras encontram equivalente noutros locais e noutras épocas.

No conhecido filme *O dia mais longo*, produzido por Darryl Zanuck<sup>2</sup>, há uma sequência que permite evocar a problemática da vida dos militares e dos civis condicionada pela presença de uma linha fortificada. Um soldado alemão, já entrado em anos, desloca-se da rectaguarda em bicicleta, com o rancho da manhã destinado aos homens de um posto da Muralha do Atlântico, quando se inicia o bombardeamento aliado preparatório do desembarque, aterrando o ciclista e, simultaneamente, provocando o júbilo de um francês numa casa próxima, aliás gravemente atingida pela onda de choque das explosões<sup>3</sup>. Quer isto dizer que a proximidade de linhas fortificadas, mesmo quando nada acontece, é um factor determinante no quotidiano dos que vivem a realidade da sua presença, em especial quando se trata de posições estabelecidas numa perspectiva de médio ou longo prazo.

Excluímos da nossa análise as posições temporárias, construídas no decurso de operações militares e sujeitas ao fluxo e refluxo dos combates, para nos concentrarmos nos grandes sistemas defensivos contínuos, sobretudo nos que se destinavam a defender uma fronteira, uma região ou um objectivo estratégico essencial, como sucedeu, neste último caso, com as Linhas de Torres Vedras. Não devemos, portanto, confundir frente, conceito predominantemente dinâmico, com a existência de fortificações estáticas e, frequentemente, dotadas de importantes obras de organização do terreno, as quais evoluíram de acordo com os progressos verificados na tecnologia militar. De tudo isto devemos subli-

---

\* Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira o apoio prestado na preparação das figuras desta comunicação, a qual, por razões adversas, não nos foi possível apresentar durante as Jornadas.

<sup>2</sup> A referida película foi estreada em Portugal no desaparecido Cinema Monumental, com a presença do Almirante Américo Tomás, em 1962. O guião inspira-se na obra homónima sobre o Dia D: Cornélius Ryan / Romain Gary (col.), *O dia mais longo* (trad. Maria do Carmo Oliveira), Lisboa, 1963.

<sup>3</sup> A simples deslocação do ar provocada pelo rebentamento próximo de um projectil naval de grosso calibre era suficiente para fazer tombar um carro de combate *Tiger*, de 56 toneladas (Pz Kpfw VI). Os bombardeamentos navais foram decisivos na Normandia, quer na eliminação das defesas costeiras, quer na neutralização dos primeiros contrataques alemães.

nhar um aspecto essencial e quase sempre decisivo: a criação de linhas fortificadas contínuas reflecte uma atitude francamente defensiva da parte de quem as constrói, nem sempre com resultados positivos. Não faltam, ao longo da história militar, numerosos exemplos de como tais estruturas influenciaram momentos decisivos.

Como é evidente, a tipologia observada nestes sistemas defensivos reflecte a capacidade ofensiva do eventual inimigo e o objectivo, ou objectivos, a atingir. Devemos distinguir entre fortificações contínuas, como a Grande Muralha da China, e organizações constituídas por um cordão de pontos fortemente fortificados, por vezes escalonados em profundidade, dispositivo vulgar, até período relativamente recente, para defesa das fronteiras e dos grandes eixos de penetração que delas partiam, conceito que influenciou a concepção francesa da Linha Maginot. Todavia, não se esgota nestes dois grandes modelos a tipologia das linhas fortificadas permanentes, sobretudo quando se trata de enfrentar um inimigo menos poderoso do ponto de vista da guerra convencional, mas capaz de se infiltrar, utilizando o terreno e a mobilidade própria dos pequenos grupos. É claro que, nestas condições, a organização defensiva destinada a eliminar tais ameaças pode recorrer a meios mais ligeiros, mas não menos eficientes, criando uma barragem constituída por obstáculos diversos e apoiada em postos fortificados destinados a controlar o terreno, patrulhado sistematicamente.

Um excelente exemplo deste tipo de defesas é o das Linhas Morice, construídas na Argélia pelas tropas francesas ao longo das fronteiras com Marrocos e Tunísia. O objectivo, neste caso, era o de impedir a entrada no território argelino de combatentes e abastecimentos, a partir das bases que a FLN possuía naqueles dois países. Estas duas linhas, denominadas a partir do nome do Ministro da Defesa na época, André Morice, foram construídas a partir de 1957, embora já no ano anterior tivessem surgido no sector costeiro do Oranais, junto à fronteira marroquina, os primeiros trabalhos. As linhas estenderam-se ao longo de 700 quilómetros nesta fronteira, atingindo 460 quilómetros na fronteira tunisina. Nesta, foi construída uma segunda linha, a Linha Challe, do nome do comandante-chefe francês a partir de finais de 1958. Estas barragens, aperfeiçoadas até 1960, eram constituídas por várias linhas de arame farpado, cercas electrificadas, campos minados, postos de observação dotados de holofotes, radares de artilharia e caminhos de ronda, percorridos regularmente por patrulhas. Havia ainda, quando necessário, o apoio de carros de combate, artilharia pesada e meios aéreos<sup>4</sup>.

O impacte deste sistema no decurso da rebelião argelina foi enorme, provocando gravíssimas dificuldades, políticas e militares, à FLN. Só no decurso da chamada batalha das fronteiras, entre Janeiro e Maio de 1958, a ALN perdeu cerca de 3000 combatentes e valioso material de guerra. A partir de 1960 a barragem tornou-se praticamente intransponível (Fig.1), constituindo um indiscutível êxito estratégico numa guerra cuja evolução política determinou um desfecho contrário aos resultados atingidos nas duas Linhas Morice. Que dizer sobre a vida quotidiana nas zonas fronteiriças protegidas pela barragem? Sobre a dos militares existem suficientes testemunhos para que a possamos considerar idêntica à das guarnições empenhadas neste tipo de defesas, com um quotidiano algo rotineiro, feito sobretudo de solidão, monótona vigilância e patrulhamento contínuo, entrecortado por acções de infiltração inimigas<sup>5</sup>, na fase final da guerra substituídas por bombardeamentos, sobretudo a partir da Tunísia.

---

<sup>4</sup> Jean Delmas, *La Guerre d'Algérie. La défense des frontières*, Revue Internationale d'Histoire Militaire, 76, 1997 [www.stratisc.org (Maio 2010)].

<sup>5</sup> Henri Baudoin, *La vie quotidienne dans les postes de radars-canon sur le barrage algéro-marocain au Nord-Ouest de Mèchéria*, Revue Internationale d'Histoire Militaire, 76, 1997 [www.stratisc.org (Maio 2010)].

A construção destas linhas teve forte impacto, negativo, naturalmente, sobre a população das regiões onde foram levantadas. Não se pode falar, neste caso, de convivência, uma vez que, para obter a visibilidade desejada se procedeu à desertificação das zonas em contacto com as linhas, eliminando, quando necessário, a vegetação, para ampliar os campos de tiro. Quanto aos habitantes foram deslocados para centros de reordenamento, com graves consequências de ordem social, ou optaram pela fuga para Marrocos e para a Tunísia, o que não deixou de ser favorável à FLN. Crê-se que, só na região marroquina de Oujda, o número de refugiados terá rondado os 43000. De uma maneira geral, as suas condições de acolhimento foram muito precárias, vegetando durante anos desprovido de quase tudo e, pior, separados das suas terras e dos seus tipos de vida tradicionais. Calcula-se que, nos dois países vizinhos, o número de refugiados terá atingido o equivalente a 3% do total da população argelina não europeia<sup>6</sup>. Um último apontamento sobre estas linhas: na sua construção foi utilizada muita mão-de-obra local, paga pelas autoridades francesas, o que a FLN tolerou mediante o estabelecimento de um *imposto revolucionário*. Presentemente, o problema maior que persiste nas zonas atravessadas pelas duas grandes barragens é o dos campos minados ainda subsistentes.

Podemos comparar o modelo de barragem utilizado na Argélia com o que a RDA utilizou ao longo da fronteira entre as duas Alemanhas, embora com as ressalvas necessárias<sup>7</sup>. O impacto sobre os habitantes da zona fronteiriça foi muito grande, quer do ponto de vista das actividades quotidianas, rigorosamente controladas, quer dos pesados condicionamentos impostos aos que viviam nas proximidades da zona restrita. Houve mesmo casos de abandono forçado, na linha divisória, de povoados e de explorações agrícolas, como sucedeu com a aldeia de Bardowiek, que, existente desde o século XIII, foi completamente destruída (Fig.2). Paradoxalmente, a barragem fronteiriça alemã destinava-se a cumprir um objectivo contrário ao que incumbe às linhas deste tipo, uma vez que se destinava a impedir não a entrada, mas sim a saída, neste caso de fugitivos descontentes com o regime político da RDA, reflectindo a trágica história da Europa do século XX, tanto como as linhas argelinas ilustram os dramas da descolonização.

Passamos de imediato, para não nos afastarmos demasiado do tema central destas Jornadas, à análise de algumas das grandes linhas que deixaram nome na história militar. Parte delas durou séculos, enquanto que outras tiveram a vida efémera do tempo de uma guerra, pouco contribuindo para marcar a paisagem e a estrutura do povoamento. São as primeiras as que mais directamente influíram, mesmo do ponto de vista cultural, na construção de um território e, até, de uma identidade. A sua permanente presença levou a uma simbiose com os habitantes seus vizinhos, que não viam nelas, ao contrário de outras situações anómalas, um elemento perturbador do seu quotidiano, antes as considerando como parte fundamental desse mesmo quotidiano. Esta circunstância foi marcante em determinadas linhas fortificadas de fronteira, onde a distinção entre o nós e os outros se fez sentir de forma pertinente, porquanto militares e civis se identificavam em oposição ao que estava do outro lado.

Um factor a considerar, e que, em determinadas situações, tem algo a ver com esta última situação, é o da qualidade das tropas atribuídas a estas guarnições, nem sempre particularmente combativas e com frequência desgastadas por longos períodos de inactividade. A convivência permanente com a população local, quando existia, contribuiu também para criar um espírito peculiar a muitas destas tropas. A longa espera pelo inimi-

<sup>6</sup> François Chevaldonné / Paul Moity, *Cent mille réfugiés: 1952-1962* [[www.mmsh.univ-aix.fr/pisrsh/](http://www.mmsh.univ-aix.fr/pisrsh/) (Maio 2010)].

<sup>7</sup> Sobre a fronteira interna alemã: Jürgen Ritter, *Die Grenze: ein deutsches Bauwerk*, Berlim, 2007; Gordon Rotman, *The Berlin Wall and the Intra-German Border. 1961-1989*, Oxford, 2008.

go tanto podia enfraquecer o espírito combativo, levando ao descuido e ao abatimento moral, como causar uma tensão permanente, cansativa e perniciosa para a operacionalidade das tropas. É a situação exemplarmente descrita no notável romance *O Deserto dos Tártaros*, do italiano Dino Buzzati, de que se fez há alguns anos uma excelente adaptação cinematográfica<sup>8</sup>.

Também aconteceu que os importantes investimentos efectuados na construção de extensas linhas fortificadas se tenha revelado uma pura perda de meios, pois na altura de justificarem o investimento acabaram por se revelar ineficazes, quando não foram simplesmente abandonadas. Seja como for, a simples concepção de linhas defensivas implica, de forma notável, o abandono do espírito ofensivo e o desenvolvimento de uma estratégia despida de iniciativa, muito perigosa quando o inimigo potencial revela a intenção de penetrar no território protegido pelas fortificações e dispõe de meios para o fazer com êxito. É claro que, ao longo da história, não faltam exemplos de inimigos militarmente considerados desprezíveis, contidos por sistemas fortificados definidos como inexpugnáveis pela grande estratégia, que violaram com inesperado êxito esses sistemas. Algumas destas situações foram desastrosas para as populações que viviam tranquilamente confiadas numa enganadora segurança.

Vamos analisar de seguida diversos exemplos de sistemas defensivos contínuos, seleccionados pela sua importância e variedade de situações que contemplam, sem esquecer as implicações que tiveram sobre as populações vizinhas, amigas e inimigas, sempre que possível na óptica da vida quotidiana. Começaremos por referir o grande sistema de múltiplas fortificações geralmente conhecido como Grande Muralha da China, cuja construção se estendeu por mais de um milénio, passando depois às defesas contínuas que protegiam o *Limes* imperial romano, de que a Muralha de Adriano, na Britânia, é o elemento mais conhecido, para depois nos situarmos no século XX, abordando a famigerada Linha Maginot e a Muralha do Atlântico, que pretendia impedir a invasão aliada da Europa sob o domínio alemão. Veremos que todas estas linhas contam entre si com pontos comuns, tanto como com diferenças marcadas.

O caso da Grande Muralha é verdadeiramente excepcional, pela sua extensão e permanência, sem esquecer a eficiência que demonstrou por diversas vezes ao longo de uma história de muitos séculos. O que Somerset Maugham escreveu sobre a Muralha constitui, na nossa opinião, umas das sínteses mais conseguidas acerca da essência desta linha de fortificações: *Intrepidamente, léguas após léguas, continuava a infundável jornada até às mais remotas regiões da Ásia, em plena solidão, misteriosa como o grande império que protegia.*

*Ali, sob o nevoeiro, enorme, solene, silenciosa, terrível, estava a Grande Muralha Chinesa*<sup>9</sup>. Objecto de incontável bibliografia, a partir do momento em que os viajantes europeus tiveram conhecimento da sua existência, é estranho que um dos mais famosos desses viajantes, Marco Polo, não a refira, o que permite dúvidas quanto ao rigor da sua narrativa.

Descrever este formidável monumento em poucas páginas é, evidentemente, impossível. Apesar da sua fama mundial, a que não é alheio o desenvolvimento do turismo, a Muralha só desde há pouco anos, na década de 80 do século passado, ganhou o estatuto de símbolo nacional chinês. Realçamos também que grandes troços das fortificações se encontram em muito mau estado, ou desapareceram mesmo, não se conservando em boas condições mais de 30% do que outrora existiu. Más técnicas de restauro e o descuidado abandono de grandes troços contribuem para a degradação progressiva do monumento. O turismo de massa, vulgar em determinadas secções da Muralha, pode também

---

<sup>8</sup> Dino Buzzati, *O deserto dos Tártaros* (trad. Fernando Ferreira), Mem Martins, 2004.

<sup>9</sup> Somerset Maugham, *Biombo chinês* (trad. Mário Quintana), Lisboa, s/d, p. 117.

revelar-se perigoso para a sua conservação, ainda que a maior parte dos visitantes se concentre nalguns dos troços mais recentes, da Dinastia Ming (1368-1644), que são dos mais espectaculares e, por isso mesmo, os mais divulgados (Fig.3).

Passemos em revista, rapidamente, a história da Grande Muralha<sup>10</sup>, cuja finalidade principal era a de impedir a entrada na China, desde uma época em que esta entidade política não correspondia ao que o termo hoje define, aos nómadas que ameaçavam o território a partir dos desertos e montanhas situados para lá dos seus confins setentrionais. Estamos, pois, perante a estratégia normal da barreira estática, visando isolar permanentemente o que se pretende defender, impedindo incursões hostis vindas do exterior. Talvez seja pertinente recordar neste momento o princípio, tantas vezes esquecido, de Frederico, o Grande: *Wer alles defendieren will, defendierent gar nichts!*. Na verdade, ou os meios são suficientes e a organização eficiente, ou então as fortificações deste tipo apenas criam uma enganadora segurança. Antes das obras iniciadas por ordem de Qin Shi Huangdi, o fundador da dinastia Qin (Fig.4), por volta de 221 a.C., já existiam diversas linhas fortificadas levantadas nos períodos Primavera-Outono e dos Sete Reinos Combatentes, a primeira das quais remonta ao século VIII a.C. A construção da Grande Muralha começou com a centralização empreendida por Qin Shi Huangdi, aproveitando parte do que já existia. Os restos desta muralha, destinada a proteger o império dos ataques dos Hsiung Nu, bem conhecidos no Ocidente como Hunos<sup>11</sup>, desenvolviam-se ao longo de uns 3000 quilómetros e encontram-se mal conservados ou desapareceram devido a reconstruções posteriores (Fig.5). A dinastia Han (206 a.C.-25 d.C.) continuou os trabalhos na Muralha, prolongando-a para oeste, em direcção do deserto de Gobi, procurando proteger a Rota da Seda e manter os Hunos afastados, desenvolvendo intensa acção diplomática e militar, eficazmente secundada pela presença das fortificações. Sob a dinastia Jin (1115-1234) os trabalhos multiplicaram as linhas fortificadas entre o Rio amarelo e Heilongjiang, atingindo uma extensão de perto de 10000 *Li*, uns 5000 quilómetros.

Como dissemos, a maior parte do que se vê hoje pertence à época Ming (1368-1644), com numerosas obras que reforçaram o sistema e que se estende por não menos de 7300 quilómetros, constituindo uma linha mais ou menos contínua entre o rio Yalu e a solidão do Gobi (Fig.6). Um sistema de fortificações como é o da Grande Muralha, denominada pelas fontes chinesas como *A Muralha dos 10000 Li*<sup>12</sup>, construída e reconstruída ao longo de séculos através de regiões com características geográficas distintas reflecte diferenças construtivas significativas, quer a nível dos materiais, quer das tecnologias utilizadas. Todavia, para além de tudo, a muralha exhibe uma inteligente utilização táctica do terreno, não hesitando perante inclinações de 70°, respondendo à capacidade militar do potencial inimigo e ao gradual desenvolvimento do armamento. Na fase final do período Ming, por exemplo, as torres de vigia foram dotadas de pequenos canhões, apoiando ou substituindo os arcos e a artilharia neurobalística usada anteriormente. O recurso aos materiais disponíveis localmente foi de regra, embora as obras da dinastia Ming tenham utilizado sistematicamente tijolo cozido, material fornecido em massa por fornos estabelecidos nas diferentes frentes de trabalho.

A Grande Muralha tem uma largura de perto de sete metros na base, limitada a uns seis metros no caminho de ronda que une as torres; a altura média é de sete metros e meio. Corre pela crista ou pela crista militar nas regiões montanhosas, procurando sem-

<sup>10</sup> Sobre a história da Muralha: Arthur Waldron, *The Great Wall of China: from History to Myth*, Cambridge, 1990.

<sup>11</sup> Franz Altheim, *A Ásia a caminho da Europa* (trad. Aníbal Garcia Pereira), Lisboa, s/d, pp. 19-60.

<sup>12</sup> Daniel Schwartz / Luo Zhewen, *The Great Wall of China*, Londres, 2001, p. 207.

pre o melhor comandamento da zona circundante. Conta com portas em locais estratégicos, torres de vigia e fortes. Calcula-se que as fortificações atinjam uma extensão total de 9000 quilómetros, funcionando os fortes como bases operacionais. As torres de vigia, umas 40000, tinham planta quadrada, uns 10 a 12 metros de altura e contavam com um pavilhão no andar superior<sup>13</sup>. A Muralha funcionava também como uma grande estrada, aspecto da maior importância nas regiões onde rareavam caminhos e pistas, possibilitando a concentração de forças onde elas se tornassem necessárias.

A construção deste extraordinário monumento militar só foi possível através de brutais sacrifícios humanos, cuja memória sobreviveu no relato das violências perpetradas por Qin Shi Huangdi para levar a efeito a edificação da Muralha, a qual fazia parte do que podemos considerar uma enorme revolução cultural *avant la lettre* e um excelente exemplo do que se denominou despotismo oriental<sup>14</sup>. É claro que a força de trabalho empregue dependia do potencial demográfico da região onde decorriam os trabalhos. Nas regiões desérticas ou pouco habitadas, soldados e prisioneiros terão constituído o contingente principal, enquanto noutras áreas os camponeses, brutalmente compelidos por um rigoroso sistema de corveias, terão fornecido a maior parte dos trabalhadores. O impacto negativo de trabalhos desta envergadura foi, sem dúvida, importante, ainda que, terminada a obra, se tenha verificado em muitas zonas um desenvolvimento significativo do ponto de vista populacional e económico. Recordamos, a propósito, a sensível quebra demográfica sentida na região saloia devido à construção do Convento de Mafra e as perturbações provocadas pela construção das Linhas de Torres Vedras<sup>15</sup>, o que permite apreender o que se passou na China, salvaguardadas as respectivas diferenças de escala.

As pequenas guarnições da Muralha alojavam-se nas torres, compartimentadas, reservando-se os pisos inferiores para animais e depósitos de lenha, alimentos e material militar. As pequenas guarnições, onde tal era possível, ocupavam-se de trabalhos agrícolas em campos próximos que lhes garantiam alimentação. Os grandes fortes, como sempre, atraíram uma população civil mais ou menos numerosa que vivia à sombra da economia militar, mas alguns transformaram-se em cidades de guarnição e assim contribuíram para alterar o padrão de povoamento da China setentrional, urbanizando-a<sup>16</sup>, fenómeno que voltaremos a encontrar noutras regiões e épocas. A Grande Muralha desempenhou também funções económicas e aduaneiras, cabendo aos militares ou a funcionários civis controlar o tráfico comercial e os contactos com os Bárbaros situados do outro lado. Podemos imaginar, facilmente, a vida rural nas pequenas aldeias satélites e a pacata existência das guarnições, consumida entre vigilância, patrulhas e rotina militar, entrecortada por trabalhos agrícolas, caça e a visita, por vezes inesperada, de um inspetor imperial.

A construção da Muralha evoca uma concepção estratégica que parece assentar no domínio do espaço, uma espécie de interiorização do território como se este fosse uma fortaleza. Lutar contra os nómadas foi sempre muito difícil e o recurso a uma linha fortificada contínua parece o resultado lógico das dificuldades sentidas, apesar das limitações que uma estratégia deste tipo implica, limitações que não escaparam seguramente a uma cultura que viu desenvolver-se o primeiro pensamento militar coerente<sup>17</sup>. Na verdade, a

---

<sup>13</sup> Schwartz / Zhewen, pp. 212-214.

<sup>14</sup> V. Diakov / S. Kovalev, *História da Antiguidade Oriental*, Lisboa, s/d, pp. 358-360; Jacques Gernet, *O mundo chinês*, I, Lisboa, 1974, pp. 107-113.

<sup>15</sup> António Matta, *Evolução demográfica da região de Sintra nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII*, Etnografia da Região Saloia, I, Sintra, 1993, pp. 275-277; André Melícias, *As Linhas de Torres Vedras. Construção e impactos locais*, Torres Vedras, 2008, pp. 66-67, 75-77.

<sup>16</sup> Gernet, pp. 115-116; Schwartz / Zhewen, pp. 209-212.

<sup>17</sup> Emile Wanty, *L'art de la guerre*, I, Verviers, 1967, pp. 11-17

Grande Muralha nem sempre foi eficaz, nomeadamente contra os Mongóis e contra os Manchus. Só com meios suficientes e com eficiente organização é possível garantir a plena operacionalidade de barreiras permanentes com esta desmesurada dimensão. A Muralha, no período Ming, empenhava qualquer coisa como um milhão de combatentes, dificilmente isentos dos efeitos corrosivos da inactividade, entre outros.

Todavia, o êxito da Muralha não pode medir-se apenas em relação à sua função militar, ainda que essa tenha sido primordial, pois serviu outras finalidades, talvez menos visíveis apesar de relevantes. A China reconhece hoje 56 nacionalidades diferentes e a realidade no passado não era muito diferente, do ponto de vista étnico, o que pressupõe um problema complicado de unidade e identidade. A construção e manutenção da Grande Muralha representou um esforço colectivo envolvendo durante um longo período grande parte da população, servindo simultaneamente de demonstração prática do exercício efectivo do poder político imperial. Num conhecido texto do escritor Franz Kafka estas questões encontram-se perfeitamente identificadas, levando o autor a considerar a questão da criação de um sentimento de unidade como única atenuante para o que, de outra forma, não passaria de um monumental absurdo<sup>18</sup>.

Embora numa escala diferente, a Antiguidade ocidental não desconheceu o princípio da defesa de fronteiras através de fortificações permanentes constituindo uma frente contínua. Nelas voltamos a encontrar muitos pontos de contacto com a Grande Muralha. Estas fortificações foram construídas como solução pragmática para impedir incursões de povos indesejados e difíceis de dominar ou quando o custo da sua eventual submissão pudesse ultrapassar largamente os resultados esperados. A literatura medieval teceu numerosas fantasias em torno de uma muralha, as Portas de Ferro, que teria sido levantada por Alexandre Magno nos confins da Arménia, bloqueando um desfiladeiro regularmente utilizado pelos belicosos povos do Cáucaso nas suas incursões, como nos contou, entre outros, revelando algum espírito crítico, Marco Polo<sup>19</sup>. O macedónico é também referido no Corão como tendo construído uma muralha defensiva contra os bárbaros habitantes de Gog e Magog<sup>20</sup>. É possível que os cronistas de Alexandre ao escreverem sobre as Portas de Ferro tenham confundido as fortificações persas, em grande parte do período sassânida, levantadas em Derbent, entre o Cáucaso e o Cáspio, numa extensão de quarenta quilómetros, ou a grande muralha de Gorgan, na margem sudoeste daquele mar, fortificação de que se conservam ainda restos num percurso de perto de 180 quilómetros<sup>21</sup>. Uma destas linhas fortificadas corresponde seguramente às históricas Portas Cáspias e nenhuma delas se pode atribuir a Alexandre.

Todavia, como sucedeu com tantas outras coisas, é com Roma que voltamos a deparar com obras reais e numa escala capaz de conferir um lugar especial às linhas fortificadas destinadas a cobrir as fronteiras do Império: o *Limes*. As muralhas fronteiriças romanas, sem atingirem a extensão da Muralha da China, tanto mais que não procuravam constituir uma linha contínua, responderam eficientemente aos objectivos estratégicos delineados para cada sector da fronteira, bastante diferenciados, evoluindo com a situação militar e com o inimigo em presença, menos homogéneo que no caso chinês, pois Roma foi

<sup>18</sup> Franz Kafka, *A Grande Muralha da China* (trad. Maria de Fátima Fonseca), Mem Martins, 1997<sup>2</sup>, pp. 7-23.

<sup>19</sup> *As viagens de Marco Polo* (trad. M. de Campos), Mem Martins, s/d, p. 26.

<sup>20</sup> Corão, *Sura al-Kahf (A Caverna)*, 83-98. As opiniões não são unânimes, todavia, quanto à identidade do herói *Zil-Carnain*. Seja como for, trata-se de uma muralha destinada a proteger os civilizados dos bárbaros.

<sup>21</sup> Katarzyna Kleber, *Alexander's Caspian Wall. A turning-point in Parthian and Sassanian military architecture?*, *Folia Orientalis*, 42-43, 2006-2007, pp. 173-195.

obrigada a defrontar tanto nómadas apenas militarmente incómodos, como um império universal rival, como foi o Império Persa<sup>22</sup>, ou ainda as indomáveis tribos germânicas. Esta circunstância determinou a estrutura das fortificações e influenciou, naturalmente, o tipo de povoamento civil associado. Roma recorreu a sistemas muralhados contínuos, como no caso da famosa Muralha de Adriano, na Britânia, ou a sistemas constituídos por uma sucessão de fortes, aproveitando bem o terreno e controlando pontos essenciais do mesmo, interligados por estradas militares permitindo uma rápida deslocação de forças.

Estes sistemas fortificados constituíram, na Europa, um estímulo à urbanização de regiões até então desprovidas de cidades, não faltando exemplos de urbes directamente desenvolvidas a partir do que foram inicialmente fortalezas do *Limes*, como Colónia ou Viena (Fig.7). Noutras regiões, as vicissitudes da história, nem sempre positivas, impediram que o impulso romano perdurasse, ficando as ruínas como testemunhos de uma grandeza perdida e ignorada, pontuando vastas regiões hoje vazias, ruínas vivamente invocadas por Agatha Christie nos confins da Síria: *Os tells são de facto imponentes – grandes, formidáveis, e com um aspecto muito sólido.*

*Que tells colossais, diz Max. Eu digo em tom impaciente, porque a dor na cabeça e nos olhos atingiu um grau insuportável: Mim ziman er Rum.*

*Deves ter razão, diz Max. Esse é que é o busilis. Aquela solidez significa alvenaria romana – uma cadeia de fortes<sup>23</sup>.*

A mais famosa das muralhas fronteiriças romanas é a Muralha de Adriano, levantada nos confins setentrionais da Inglaterra pelo sucessor de Trajano, obra construída no fundamental entre os anos 122 e 128. Embora inicialmente a linha de fronteira que seguiu não tenha sido considerada como uma opção definitiva, pois posteriormente foram levantadas outras obras defensivas mais a norte, em plena Escócia, a Muralha de Adriano acabou, por força das circunstâncias, de fixar o limite da Britânia romana até à retirada definitiva das tropas imperiais, em 407. Com efeito, Roma desenvolveu várias campanhas, antes e depois do governo de Adriano, no sentido de estender para norte a área ocupada, não faltando testemunhos arqueológicos de um fortíssima esforço militar nas terras escocesas. As campanhas comprovaram a possibilidade de anexar a totalidade da ilha, mas também mostraram que os ganhos dessa conquista, custosa pelos meios que exigia, pelas dificuldades do terreno e do clima e pela rusticidade do inimigo, seriam reduzidos. A construção de uma muralha surgiu à pragmática administração romana como a solução natural para conter os bárbaros da Caledónia, eventualmente conquistáveis num futuro indefinido. Na verdade, os Romanos retomaram por diversas vezes após a campanha de Agrícola, que poderia, depois da retumbante vitória do Monte Grápio, no ano 83, ter conduzido à anexação de toda a ilha, a iniciativa estratégica, procurando controlar as inquietas tribos nortenhas<sup>24</sup>.

Uma dessas tentativas levou à construção da Muralha de Antonino, levantada pelo governador Lólio Urbico entre o Golfo de Clyde e o Estuário do Forth, no Mar do Norte, numa extensão de cerca de 60 quilómetros (Fig.8). O muro foi construído por militares e aproveitou em parte a linha de fortes estabelecida décadas atrás por Agrícola, desenvolvendo-se as obras entre 140 e 142. Embora de construção mais ligeira, em turfa e em calcário, com perto de três metros de altura e dotada de um fosso e de 19 grandes fortes ao longo do percurso, a Muralha de Antonino, não obstante as numerosas críticas de que

<sup>22</sup> Altheim, pp. 89-95; Michel Rouche, *Les empires universels*, Paris, 1969, pp. 91-100, 252-262, 383-390.

<sup>23</sup> Agatha Christie, *Na Síria. Conta-me cá como vives* (trad. Margarida Periquito), Lisboa, 2010, p. 249.

<sup>24</sup> G. Patrick Welch, *Britannia. The Roman conquest and occupation of Britain*, Londres, 1965, pp. 113-152; Duncan Campbell, *Mons Graupius AD 83. Rome's battle at thwe edge of the world*, Oxford, 2010.



tem sido alvo, correspondia estrategicamente a um traçado muito conveniente, encurtando a extensão da fronteira fortificada com a consequente economia de efectivos, que deveriam ascender a 9000 homens, e de despesas<sup>25</sup>. Não tinha qualquer função económica ou aduaneira, uma vez que se tratava de uma fronteira militarmente activa, vizinha de populações indígenas pouco seguras. Abandonados os planos de conquista da Caledónia, a Muralha de Antonino parece ter sido evacuada gradualmente entre 155 e 162, voltando a conhecer esporádica ocupação posterior, como durante as campanhas setentrionais de Septímio Severo. O abandono desta linha fortificada terminou com o breve período durante o qual a Muralha de Adriano esteve desactivada, confirmando-lhe definitivamente o estatuto de verdadeira fronteira da Britânia.

A Muralha de Adriano constitui hoje o símbolo mais forte da presença romana na Inglaterra, apesar dos vandalismos de que foi alvo no passado<sup>26</sup>, mantendo um lugar especial no imaginário britânico, como prova o êxito popular da iniciativa que em 13 de Março de 2010 levou a iluminar com archotes toda a linha conservada, da costa ocidental até à oriental (Fig.9). A obra pertence seguramente ao governo de Adriano, imperador conhecido, entre outras coisas, pela preocupação demonstrada com a estabilização das fronteiras. A muralha estende-se por quase 118 quilómetros, correspondentes às 80 milhas referidas por Espartiano na *Historia Augusta*<sup>27</sup>, ainda que o traçado inicial não ultrapassasse as 62 milhas romanas. Os primeiros trabalhos terão sido executados pelo governador Pompeio Falco entre 120 e 122 e os segundos, que transformaram a muralha numa linha de partida fortificada e não apenas numa posição mais ou menos defensiva, por Aulo Nepo, entre 122 e 128.

O segundo plano, que teve em conta o tempo de reacção adequado para enfrentar qualquer ameaça súbita e intervir com eficácia para lá do muro, teve participação directa do imperador, presente na Britânia em 122. A decisão de Adriano terá sido tomada na sequência de obscuros incidentes militares ocorridos nos últimos tempos do governo de Trajano, entre os quais talvez se possa incluir o desaparecimento da legião IX Hispana. A construção da Muralha de Adriano corresponde a um plano formulado na base da capacidade de projecção de forças, de acordo com as características tácticas dos seus três grandes sectores e das linhas de penetração para norte, como a Dere Street. Por exemplo, a secção oriental, com um terreno mais favorável à cavalaria, mostra uma nítida concentração de fortes para unidades montadas, cinco de um total de seis destas fortificações<sup>28</sup>. O simples facto de se encontrarem unidades de cavalaria integradas na guarnição prova que a muralha não se limitava a constituir uma simples barreira. Parcialmente dotada de um fosso, corria entre *Pons Aelius* (Newcastle) e *Maia* ou *Mais* (Bowness), a ocidente, era completada na rectaguarda pelo *vallum*, uma estrutura composta por um fosso e dois taludes, sem evidente função militar<sup>29</sup>. A sul, a muralha era acompanhada por uma estrada militar (Stanegate), nas cercanias de qual se levantavam diversos grandes fortes, enquanto que a norte existiam outros menores destinados à vigilância avançada, unidos à muralha por caminhos militares. O conjunto constituía uma formidável barreira garantindo uma eficiente defesa em profundidade, quando necessário (Fig.10). A guarnição, composta por unidades auxiliares, oscilava entre 10000 e 15000 homens.

<sup>25</sup> A. Richmond, *Roman Britain*, Londres, 1967<sup>2</sup>, pp. 50-55; David Breeze, *The Antonine Wall*, Edimburgo, 2006.

<sup>26</sup> David Divine, *The North-West frontier of Rome. A military study of Hadrian's Wall*, Londres, 1969, pp. 26-37.

<sup>27</sup> SHA, *Hadr.*, 11,1.

<sup>28</sup> Divine, pp. 77-79, 181-184, mapa entre as páginas 120-121.

<sup>29</sup> Divine, pp. 146-154.

A construção contou com a intervenção de destacamentos das três legiões então presentes na província e recorreu largamente à mão-de-obra local, envolvendo uma força de trabalho calculada em cerca de 30000 homens, entre civis e militares. Podemos imaginar a actividade ao longo das diversas frentes, de que restam numerosos testemunhos, quer sob a forma de inscrições nomeando as unidades envolvidas, quer através dos vestígios de pedreiras, de fornos, de instalações provisórias e de caminhos identificáveis através da fotografia aérea. A muralha propriamente dita era constituída por um muro cuja altura variava, conforme os sectores e sem as ameias, entre seis e quatro metros, com uma largura média entre seis e três metros, paramentado com blocos de pedra nas duas faces e com o núcleo constituído por cascalho compactado<sup>30</sup>.

A fortificação, cujo nome antigo, a crer na epígrafe de uma pequena taça de bronze recentemente achada em Staffordshire, era *Vallum Aeli*<sup>31</sup>, incluía 80 pequenos fortes, nem sempre situados exactamente a uma milha romana uns dos outros, por razões tácticas, existindo entre eles pequenas torres de vigilância e de sinalização. Calcula-se que usando sistemas ópticos ou estafetas uma mensagem percorreria toda a linha em cerca de seis horas. Os chamados *mileforts* dispunham de uma guarnição média de uns 12 homens, e eram dotados de portas que permitiam a travessia da fronteira (Fig.11), enquanto os grandes fortes, que eram no mínimo 14, como o forte de infantaria de *Ver-covicium* (Housesteads) ou o forte de cavalaria de *Cilurnum* (Chesters), albergavam guarnições entre 500 e 1000 homens. É claro que não nos é possível pormenorizar todas as alterações verificadas ao longo dos tempos, pois a Muralha de Adriano foi conhecendo modificações e melhoramentos pontuais que aqui obrigam a considerar apenas as suas principais características.

Uma estrutura militar com estas dimensões e perenidade não pôde deixar de influenciar a vida das populações que lhe ficavam perto, a maior parte pertencente aos Brigantes, tribo com relações também do outro lado da muralha. A região imediatamente a sul não contava com centros populacionais significativos, mas basta recordar a presença dos numerosos efectivos atribuídos à vigilância fronteiriça para aceitarmos sem dificuldade a existência de interacções significativas entre a guarnição e os elementos civis em contacto. Desde sempre que as grandes instalações militares permanentes representam oportunidades a não perder, não só para aqueles que lhes prestam oficialmente serviços, como para muitos outros, como sucedeu na Muralha de Adriano. Basta recordar o movimento que o reabastecimento da guarnição implicava, quer de materiais e de equipamento, quer de géneros e de bens de consumo diversos. Calculando por alto, os militares na muralha precisavam anualmente de perto de umas 8000 toneladas de trigo, transportado por terra ou por via marítima, quando possível, até aos grandes fortes nas extremidades da muralha. Mas é preciso considerar também o transporte de vinho, de azeite e de preparados piscícolas, mesmo tratando-se de tropas auxiliares, sem esquecer os animais, sobretudo cavalos e mulas e as respectivas forragens<sup>32</sup>. Não faltam nos fortes escavados, sobretudo nos de grandes dimensões, a inconfundível presença dos *horrea* destinados a armazenar os

<sup>30</sup> David Breeze / Brian Dobson, *Hadrian's Wall*, Londres, 2000<sup>4</sup>, pp. 25-87.

<sup>31</sup> R. O. Tomlin / M. C. Hassall, *Inscriptions*, Britannia, XXXV, 2004, pp. 344-345. A taça, com perto de 9 cms de diâmetro, indica os nomes de quatro fortes ao longo da Muralha de Adriano, como reza a epígrafe: *Mais Coggabata Uxelodunum Camboglanna rigore Vali Aeli Draconis*.

<sup>32</sup> Charles Whittaker, *Les frontières de l'Empire romain* (trad. Christian Goudineau), Besançon, 1989, pp. 54-57; C. Carreras Monfort, *Britannia and the imports of Baetican and Lusitanian amphorae*, Journal of Iberian Archaeology, Vol.0, 1998, pp. 159-170. Whittaker expressa sérias dúvidas quanto à utilização da rota atlântica para os abastecimentos militares, que consideramos algo exageradas em relação à Britânia.

gêneros; a generosa, invulgar documentação descoberta em *Vindolanda* (Chesterholm), que permite reconstituir muito para além da rotina militar a vida quotidiana das guarnições na Britânia, testemunha a existência de produtos alimentares de luxo, entre os quais a pimenta<sup>33</sup>. Até que ponto os indígenas vivendo em ambientes rurais participaram nestes movimentos logísticos é difícil saber, mas parece garantido que, dentro de certos limites, a regularidade da paz favoreceu as atitudes romanizadoras que Tácito referiu no imaginado discurso anti-romano do rebelde Galgaco, mesmo quando reduzidas ao acréscimo comprovado da agricultura dos cereais e da pecuária nas proximidades da Muralha de Adriano<sup>34</sup>.

A fortíssima ocupação militar que a Britânia conheceu contribuiu de alguma forma para atenuar a fraca urbanização da província, fenómeno bem patente nas cercanias da Muralha de Adriano e sobre as suas linhas de comunicação, onde mesmo as *villae* de tipo clássico eram raras. Os fortes de Housesteads (Fig.12), de Chesterholm e de Old Carlisle são excelentes exemplos de como se constituíram, a partir das conhecidas *canabae*, autênticas povoações adossadas aos acampamentos<sup>35</sup>, algumas das quais se intitulavam oficialmente como *vicus*. É o caso de *Vindolanda* (Chesterholm), cujos habitantes civis são designados numa inscrição votiva como *Vicani Vindolandesses*. A numerosa documentação encontrada neste forte, embora anterior à construção da Muralha de Adriano, fornece um panorama completo do que era a vida numa fortaleza romana da fronteira britânica, não faltando mesmo uma carta com um caloroso convite para uma festa de aniversário, endereçada por uma das senhoras da oficialidade a uma outra, residente num dos fortes vizinhos<sup>36</sup>.

Em Chesters, onde existe junto ao forte a casa que pertenceu a John Clayton, personalidade que desenvolveu no século XIX intensa actividade no estudo e defesa dos restos da muralha, os achados podem considerar-se dos mais ilustrativos da vida quotidiana numa fortaleza de cavalaria e no *vicus* adjacente<sup>37</sup>. Muitos destes povoados tinham uma superfície superior à dos fortes, crescendo ao longo do tempo, sofrendo as consequências das crises que se abateram sobre a muralha. No século IV, quando Teodósio restabeleceu a situação na província, militares e suas famílias passam a viver em conjunto, no interior dos fortes reocupados, cujos espaços são reorganizados, perdendo a bela ordenação do Alto Império. Outro sinal de mudança reflecte-se aqui e ali na reforma dos muros, dotados de plataformas para artilharia, conferindo-lhes funções agora claramente defensivas. O *vicus* de Housesteads era, provavelmente, o maior dos que surgiram ao longo da Muralha de Adriano. Como noutros locais, existia uma *mansio*, estalagem para os viajantes de qualidade, mas a maioria das construções pertencia às casas dos familiares dos soldados, distribuindo-se o restante por lojas, tabernas, bordéis e casas de jogo<sup>38</sup>.

Em Housesteads existia também um posto de comércio com os bárbaros estabelecidos do outro lado da muralha, que possuía uma porta de comunicação com o exterior para esse efeito. Em muitos destes centros, quase totalmente dependentes da economia

<sup>33</sup> *Tab. Vind.*, II, 184. Neste forte estão testemunhados 46 produtos alimentares diferentes. Sobre os referidos documentos: Alan Bowman, *Life and Letters of the Roman Frontier*, Londres, 1994; Alan Bowman / David Thomas, *The Vindolanda Writing Tablets*, Londres, 1994.

<sup>34</sup> Whittaker, pp. 66-67, 153.

<sup>35</sup> David Breeze, *Roman Forts in Britain*, Princes Risborough, 1987, pp. 53-58; Norbert Hanel, *Military camps, canabae, and Vicus. The archaeological evidence*, A Companion to the Roman Army, Malden, 2007, 395-416.

<sup>36</sup> *Tab. Vind.*, II, 291.

<sup>37</sup> Divine, pp. 100-104.

<sup>38</sup> Divine, pp. 119-120; Robin Hanley, *Villages in Roman Britain*, Princes Risborough, 2000<sup>2</sup>, pp. 17-18.

militar, havia pequenos templos, consagrados a divindades indígenas ou a outras de particular preferência dos militares, como, no *vicus* de Carrawburgh, Mitra, enquanto os cultos oficiais se abrigavam, com os estandartes da unidade, no edifício do comando<sup>39</sup>. De quando em quando a rotina era quebrada por uma celebração, como a do aniversário de Roma, instituída por Adriano, o aniversário do imperador ou o da fundação da unidade, ou a visita de inspecção de uma alta patente ou do governador e do seu séquito. Saltimbancos e, onde existiam instalações adequadas, uma ou outra modesta *troupe* de gladiadores podiam contribuir para amenizar a dureza do serviço fronteiriço e da vida dos civis que dele dependiam.

Algumas questões permanecem sem resposta, apesar da enorme quantidade de dados disponíveis. Onde se alojavam os escravos que os soldados podiam possuir? Quanto tempo livre tinha um soldado? Onde faziam as refeições, uma vez que não havia refeitórios? Quando eram rendidos os homens que guarneciam os *mileforts*? Seja como for, a Muralha de Adriano representa um manancial inesgotável de informações sobre a vida militar romana e um monumento imperecível à glória de um grande Império, como o sentiu, entre tantos outros, Rudyard Kipling<sup>40</sup>. A Muralha de Adriano, que alguns consideram um êxito militar com desastrosas consequências políticas e económicas para a Britânia, falhou três vezes na sua função defensiva, mas quando tal aconteceu a causa esteve na desordem instaurada no Império, não em possíveis defeitos de concepção.

A descrição pormenorizada das actividades militares e das instalações dos fortes da Muralha de Adriano não cabem num trabalho destas dimensões nem nos seus objectivos, não faltando numerosa bibliografia sobre estas questões, pelo que não nos ocuparemos de tais matérias. Não queremos, todavia, deixar de referir, ainda que rapidamente, outro grande sistema de fortificação contínua na Britânia, o *Litus Saxonicum*. Não se tratava, neste caso, de uma cadeia de fortes unidos entre si por outras obras defensivas, mas sim de um cordão de fortalezas ao longo da costa, entre Norfolk e a Ilha de Wight, sob o comando do *Comes Litoris Saxonici* (Fig.13). Embora a *Notitia Dignitatum* indique apenas nove<sup>41</sup>, o sistema contava com um número superior de fortificações, não inferior a 19, para além de numerosas torres de vigia e de sinalização. Alguns destes fortes foram sendo construídos ao longo do tempo, como o de Dover, destinando-se fundamentalmente a apoiar a frota e as ligações administrativas com a Gália.

Nos dois primeiros séculos de presença romana na Britânia não havia nenhum inimigo com capacidade naval para causar problemas de segurança no litoral, situação que começa a sofrer alterações nos inícios do século III, levando Caracala a levantar o primeiro grande forte da nova série em *Regulbium* (Reculver), a que se seguiram outros ao longo do século (Fig.14), como *Branodunum* (Brancaaster), para apoiar a *Classis Britannica* na luta contra as incursões marítimas que se multiplicavam, sobretudo as dos Saxões e Francos. O *Litus Saxonicum* contava igualmente com fortificações na costa continental do Canal da Mancha, dispersas entre a Bélgica, onde o forte de Oudenburg era um dos mais importantes<sup>42</sup>, e a Bretanha. No último quartel do século III, por acção de Carausio, comandante da frota britânica e depois auto-proclamado imperador em 287, foram construídos novos fortes, de um modelo diferente dos anteriores, dotados de muralhas altas e

<sup>39</sup> Breeze / Dobson, pp. 277-288.

<sup>40</sup> No ciclo *Puck of Pook's Hill*, o grande escritor teceu várias histórias em torno da figura de *Parnesius*, um centurião romano defensor da Muralha: Rudyard Kipling, *Puck of Pook's Hill*, Toronto, 1906, pp. 137-226.

<sup>41</sup> *Not. Dignit. Occ.*, XXVIII; Nic Fields, *Rome's Saxon Shore. Coastal Defenses of Roman Britain AD 250-500*, Oxford, 2006.

<sup>42</sup> J. Mertens, *Oudenburg, romeinse legerbasis aan de Noordeckust*, Bruxelas, 1972.

estreitas, portas pequenas, poderosamente defendidas, e numerosos bastiões salientes. A finalidade destas fortalezas, apesar de existir um consenso mais ou menos geral sobre as suas funções defensivas e de apoio à frota na luta contra a pirataria, não está isenta de polémica. Com efeito, embora os fortes principais tenham grandes dimensões, como o de *Portus Adurni* (Portchester), a identificação de construções no seu interior é escassa<sup>43</sup>, limitando-se, neste caso, a vestígios de estruturas de madeira, poços e fornos (Fig.15). Estes fortes eram guarnecidos por unidades auxiliares, com excepção do forte de *Rutupiae* (Richborough), onde estacionava um destacamento da Legião II Augusta.

Uma exclusiva função comercial para estes fortes, no sentido civil do termo, parece difícil de aceitar, tanto mais que alguns deles foram construídos em locais de difícil acesso. A hipótese de John Cotteril merece alguma atenção, pois é possível que os fortes tenham servido de locais de armazenagem e de transporte de abastecimentos entre a Britânia e a Gália, como as fontes confirmam em 359, a propósito da campanha gaulesa de Juliano<sup>44</sup>. Mais difícil de aceitar é a proposta de Donald White pretendendo ver nesta linha de fortificações uma solução defensiva decidida por Carausio, com o apoio dos Saxões, para defender a Britânia contra Constâncio<sup>45</sup>. A existência de fortificações na costa continental da Mancha obriga, sem outros argumentos, a refutar tal hipótese, na verdade pouco considerada. Cremos que os fortes do *Litus Saxonicum* terão conhecido, nalguns casos, actividades associadas a uma evidente função militar contra a pirataria germânica, devendo ser estudados caso a caso, tal como a sua associação à *Classis Britannica*, que teve a sua base principal até 296 em *Gesoriacum* (Boulogne). Parcialmente abandonados a partir do século V, muitos deles voltaram a ser reconstruídos ao longo da Idade Média, nomeadamente pelos Normandos, voltando a desempenhar uma activa função na defesa da Inglaterra contra as invasões vindas do continente europeu.

O desenvolvimento que atribuímos às obras de fronteira britânicas justificam-se quer pela sua importância, quer pelo que delas se conhece actualmente, distinguindo-se das restantes linhas fortificadas de outras regiões do Império. Referiremos mais rapidamente algumas das que os Romanos levantaram na Europa, na Ásia e em África destinadas à vigilância e defesa do *Limes*, contruídas naturalmente tendo em conta a capacidade militar adversa e os seus propósitos. Assim sucedeu na Germânia e ao longo do Danúbio, onde a fronteira constituía uma zona de demarcação, definida por sucessos históricos que, por razões de ordem política ou militar, fixaram a fronteira romana ao longo dos dois grandes rios, com um ou outro saliente, com destaque para os Campos Decumatos e para a Dácia conquistada por Trajano. Não era esta a intenção de Augusto, pois o objectivo inicial do Império era estabelecer a fronteira na oblíqua Elba-Sudetos, integrando o que chegou a ser designado, até à derrota de Teutoburgo<sup>46</sup>, como *Germania Magna*. Falhado este projecto, que as fontes romanas admitiam vir a ser retomado, havia que controlar uma fronteira para lá da qual habitavam numerosas tribos belicosas, mas cujo poder ofensivo parecia não constituir uma ameaça credível. Essa missão recaiu sobre uma cadeia de fortes, como a fortaleza legionária de *Novaesium* (Neuss), construída no principado de Tibério, com uma superfície de 25 hectares<sup>47</sup>.

<sup>43</sup> Breeze, pp. 20-22.

<sup>44</sup> John Cotteril, *Saxon raiding and the role of the Late Roman coastal forts of Britain*, Britannia, XXIV, 1993, pp. 227-239.

<sup>45</sup> Donald White, *Litus Saxonicum. The British Saxon Shore in Scholarship and History*, Madison, 1961.

<sup>46</sup> Vasco Mantas, *Uma batalha há 2000 anos: Teutoburgo*, Boletim de Estudos Clássicos, 52, 2009, pp. 67-77.

<sup>47</sup> Rudolf Pörtner, *Mit dem Fahrstuhl in die Römerzeit. Städte und Stätten deutscher Frühgeschichte*, Düsseldorf, 1977, pp. 49-73.

Os rios só por si não constituíam uma barreira intransponível, como tantas vezes se provou ao longo da história militar, pelo que foram construídos fortes ao longo do Reno e no Alto Danúbio, onde se concentraram numerosas legiões e tropas auxiliares, base de campanhas punitivas durante a primeira metade do século I, sem consequências duradouras. A cunha existente entre os dois grandes rios representava um perigo real para a integridade do território romano e exigia a sua redução. Tal iniciativa coube aos imperadores flávios, que fixaram o *Limes* entre Heddesdorf, perto de Remagen, e *Castra Regina* (Regensburgo / Ratisbona), no Danúbio, com uma rectificação ordenada por Antonino Pio, que o fez avançar para além do vale do Neckar (Fig.16). A rectaguarda desta linha fortificada era servida por uma densa rede de estradas, incluindo as grandes vias estratégicas ao longo do Reno e do Danúbio, e assistiu ao desenvolvimento de diversas cidades nas margens destes rios, enquanto os Campos Decumatos conheceram uma colonização rural de elementos gauleses e germânicos e a presença de numerosos *castella* permanentes<sup>48</sup>. Também aqui surgiram pequenos povoados em torno dos fortes, processo que se expandiu significativamente no Baixo Império com o desenvolvimento do recrutamento local e do recurso a tropas bárbaras, os *numeri*.

O *Limes* foi inicialmente protegido por um talude de terra, dotado de uma paliçada, antecedido por um fosso, atrás do qual se levantavam a distâncias regulares pequenas torres de vigia em madeira, gradualmente reconstruídas em pedra<sup>49</sup>. O sistema, que recorria sempre que possível à crista das elevações existentes na área fronteiriça, foi reforçado por Adriano e por Antonino, sem todavia atingir a qualidade verificada na Muralha de Adriano. É possível distinguir duas tipologias construtivas, uma reflectida na manutenção do muro de terra em grande parte do traçado, nomeadamente no Alto Taunus, outra pela construção de um muro de pedra, que não pode ser considerado como uma autêntica muralha, unindo torres de vigia (Fig.17), no traçado entre o Rems e o Danúbio, na Récia, cujos vestígios na zona de Hirnstetten, a oeste de Regensburgo, são particularmente visíveis nas fotografias aéreas<sup>50</sup>. O sistema defensivo levantado na Dobruja, no Baixo Danúbio, por Trajano, era muito semelhante ao que foi inicialmente estabelecido no Reno, com um muro em terra e um fosso, *vallum*, que virá a ser reforçado por Constantino quando o perigo Godo se fez sentir. Conhecem-se numerosos campos militares pertencentes ao dispositivo do *Limes*, nos quais residia a verdadeira força do sistema. Muitos desses campos, inicialmente dotados de muros em terra, foram reconstruídos e transformados em autênticas fortalezas, como sucedeu com o de Saalburg, perto de Frankfurt, em tempos de Caracala<sup>51</sup>. Este forte, junto ao qual se desenvolveu o habitual *vicus* civil, cuja população ascenderia a perto de 1500 pessoas, albergava uma coorte auxiliar de 500 homens. Cuidadosamente restaurado por ordem do imperador Guilherme II, a partir de 1897 (Fig.18), representa um evocativo exemplo da arquitectura militar romana dos inícios do século III.

A análise do *Limes* sugere que a verdadeira força militar do mesmo se concentrava nas unidades que guarneciam os grandes fortes e as cidades fortificadas na sua rectaguarda, constituindo a primeira linha um sistema de vigilância e de controlo das travessias de e para o Império, bem atestadas pelas fontes escritas e arqueológicas<sup>52</sup>. Que o sistema não era

<sup>48</sup> Paul Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, pp. 113-116, 382-384; Whittaker, pp. 35, 47.

<sup>49</sup> Pörtner, 150-171.

<sup>50</sup> H. Schönberger, *The Roman frontier in Germany; an archaeological survey*, *Journal of Roman Studies*, 59, 1959, pp. 14-197; Whittaker, p. 105.

<sup>51</sup> Pörtner, pp. 175-180.

<sup>52</sup> Whittaker, pp. 71-74.

totalmente seguro prova-o, apesar do reforço nele introduzido pelos Antoninos, a incapacidade demonstrada para travar as invasões na linha danubiana durante o governo de Marco Aurélio, apesar do dispositivo militar romano dispôr nesse sector de uma dezena de legiões e das equivalentes unidades auxiliares. Tal facto prova que os rios não constituem barreiras intransponíveis, como voltou a suceder em 406, quando o Reno, gelado, foi atravessado por vários tribos bárbaras que rapidamente se espalharam pela Gália e Hispânia, sem encontrarem resistência significativa, a não ser nalgumas cidades fortificadas<sup>53</sup>.

Apesar de tudo, sobretudo depois da retracção do *Limes*, o Reno e o Danúbio permitiram defender o Império enquanto a anarquia não o condenou, desempenhando as testas de ponte fortificadas estabelecidas nas margens bárbaras do Reno e do Danúbio, como o *castellum* de Deutz, frente a Colónia, ou o de Hatvan-Gombopuszta, 60 quilómetros para lá do Danúbio, activas funções de vigilância e como bases de sortidas das tropas romanas. Estas foram, sobretudo durante o Baixo Império, fortemente apoiadas por meios fluviais, que constituíam elemento fundamental na vigilância dos movimentos na margem bárbara, assim como no abastecimento das guarnições do *Limes*. Pelos finais do século IV, Vegécio realçou particularmente a importância destes meios na estratégia de defesa da fronteira<sup>54</sup>, responsabilidade cada vez mais cometida a tropas recrutadas entre as populações locais e, progressivamente, a grupos bárbaros, normalmente germânicos, pagos para o efeito. Podemos imaginar a vida quotidiana nestas regiões fronteiriças da Europa como qualquer coisa muito próxima do estilo de vida tradicional dos seus habitantes, com alguns laivos de romanização. Estas alterações deixaram marcas ao longo do que foi o *Limes* no Baixo Império, como por exemplo na Bélgica, onde a divisória linguística actual corresponde *grosso modo* a uma estrada estratégica ao longo da qual se fixou a linha de fronteira no século IV, depois do estabelecimento dos Francos<sup>55</sup>.

Particularmente interessante, devido aos problemas específicos levantados ao exército romano pelas características geográficas desses territórios, são as linhas defensivas das fronteiras no Próximo Oriente e no Norte de África. Trata-se de traçados que se situam no limite de zonas de estepe ou desérticas, obrigando os estrategas romanos a adquirir o domínio das realidades locais, sobre experiências anteriores ou a partir da sua própria actividade militar. A fronteira oriental do Império confinava com o Império Persa, irreductível rival de Roma, que logo desde os infelizes contactos com a dinastia parta, no período republicano, lhe causou muitos dissabores. O que estava em jogo, no Oriente, era o controlo das rotas comerciais que uniam o Mediterrâneo ao Golfo Pérsico e à Arábia, bem como assegurar fronteiras estratégicas defensáveis. Era uma missão difícil e cara, exigindo uma capacidade operacional muito diferente da que permitia conter as tribos bárbaras na Europa. Estava fora de questão, igualmente, construir sistemas defensivos contínuos ao longo de centenas de quilómetros, muitas vezes em áreas pouco propícias, ainda que a desertificação tal como hoje se conhece tenha avançado apenas após o fim da presença romana ou bizantina, como é evidente em várias regiões da Síria ou da Tunísia, por exemplo, sobretudo devido à destruição dos sistemas de irrigação e ao estabelecimento de padrões socio-económicos largamente adversos à urbanização<sup>56</sup>. A fronteira oriental, entre a Arménia e o Mar Vermelho, acabou por absorver grande parte dos meios mili-

<sup>53</sup> Whittaker, pp. 90-95; Bryan Ward-Perkins, *A queda de Roma e o fim da civilização* (trad. Inês Castro), Lisboa, 2006, pp. 59-60.

<sup>54</sup> Vegécio, *Epit.*, IV, 46.

<sup>55</sup> Raymond Brulet, *La défense du territoire au Bas Empire romain*, Le Patrimoine Archéologique de Wallonie, Namur, 1997, pp. 385-388.

<sup>56</sup> Jean-Charles Sournia / Marianne Sournia, *L'Orient des premiers chrétiens*, Paris, 1966, pp. 170-176; G. Charles-Picard, *L'Afrique du Nord Romaine*, Paris, 1959, pp. 51-52, 222-223.

tares de que dispunham os Romanos, progressivamente pressionados por problemas de recrutamento e económicos, imobilizando no tempo de Vespasiano seis legiões, número que sob Alexandre Severo cresceu para uma dezena. Enfrentar tribos esquivas e um poderoso império, cuja perigosidade aumentou com a dinastia sassânida, constituiu uma tarefa difícil, tanto mais que as chamadas fronteiras naturais eram, aqui, quase inexistentes, substituídas por estradas militarizadas, como a *Via Nova Traiana* ou a *Strata Diocletiana*, a partir das quais as tropas romanas controlavam as regiões desérticas.

Ressalvando o anacronismo, menos perigoso quando se trata desta região, onde as alterações são, com muita frequência, apenas aparentes e superficiais, podemos recordar o conflito que opôs os britânicos ao Império Otomano, na I Guerra Mundial, e o que sobre ele escreveu T.E.Lawrence a propósito da sua famosa participação na chamada Revolta Árabe, que obrigou os Turcos a enfrentar desgastantes acções de irregulares e, simultaneamente, as operações convencionais das forças britânicas<sup>57</sup>. As tropas romanas ocuparam, naturalmente, posições numa linha que correspondia no essencial aos limites da agricultura intensiva, que na Síria se situa entre as isoietas 250 e 100 mm, constituindo uma cobertura defensiva das zonas povoadas e urbanizadas à sua rectaguarda. Ontem como hoje, o controlo dos pontos de passagem obrigatórios, dos oásis e dos poços<sup>58</sup>, era uma questão estratégica vital (Fig.19). Onde os Romanos se instalaram deixaram uma marca indelével, reconhecida pelo Coronel Lawrence em sítios como o forte no oásis de Azrak ou o *vicus* de Zerga, com as suas cisternas<sup>59</sup>. Poucos anos depois um dos pioneiros da fotografia aérea, o Reverendo Antoine Poidebard, realizou um trabalho fundamental de levantamento dos vestígios da rede viária, do povoamento e dos trabalhos defensivos relacionados com a fronteira síria, trabalho que permanece, apesar dos muitos progressos posteriores<sup>60</sup>, como obra de referência.

A solução passou pelo estabelecimento de um *Limes* aberto, que devia permitir relações pacíficas, sobretudo de ordem comercial, e garantir a vigilância e a defesa avançada da zona que se situava para lá da zona militar, fortemente patrulhada, em parte por tropas locais, como aconteceu durante o século II com os arqueiros montados de Palmira. Trajano anexou o Reino Nabateu, nos limites da Arábia, e edificou um cordão de fortes na linha Chaboras-Singara, na Alta Mesopotâmia<sup>61</sup>, apoiados por uma estrada militar, modelo que virá a ser seguido por outros imperadores. Foi Diocleciano que estabilizou a fronteira fortificada (Fig.20), dotando-a de fortins equipados com sistemas ópticos de comunicação, escalonados entre 10 a 20 milhas, com um forte de maiores dimensões de 30 em 30 milhas, distância máxima para a jornada diária nesta região. O sistema desenvolvia-se entre a Arábia e a Alta Mesopotâmia, protegendo uma grande estrada estratégi-

<sup>57</sup> T. E. Lawrence, *Os sete pilares da sabedoria* (trad. Clarisse Tavares), Mem Martins, 1989. Esta obra, repleta de violência e sangue, ocupa merecidamente um lugar especial na literatura de guerra, tornando difícil compreender a classificação de romântica vulgarmente atribuída à aventura oriental de Thomas Lawrence.

<sup>58</sup> David Kennedy / Andrew Petersen, *Guardians of the pilgrim wells*, Saudi Aramco World, 55, 1, 2004, pp. 12-19. Alguns dos fortes construídos durante o domínio otomano na estrada Damasco-Meca sucederam a arruinadas fortalezas romanas.

<sup>59</sup> Lawrence, pp. 299, 605; David Kennedy, *Ancient Jordan from the air*, Aramco World, 51,3, 2000, p. 45.

<sup>60</sup> André Poidebard, *La trace de Rome dans le désert de Syrie*, Paris, 1934; Raymond Chevallier, *L'avion à la découverte du passé*, Paris, 1964, pp. 71-75; David Kennedy / David Riley, *Rome's desert frontier from the air*, Oxford, 1990.

<sup>61</sup> S. Thomas Parker, *The nature of Rome's Arabian frontier*, Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies, 1991, Exeter, pp. 498-511; Peter Harrigan, *New pieces of Mada'in Salih's puzzle*, Saudi Aramco World, 58, 4, 2007, pp. 14-23



ca, a *Strata Diocleciana*, que unia Petra, por Bostra e Damasco, a Palmira, Soura e Singara<sup>62</sup>. Desta estrada e de outras, como a *Via Nova Traiana*, restam ainda hoje vestígios evidentes, assim como de muitas das fortificações do *Limes* (Fig.21), parte das quais foi, no Baixo Império, ocupada por soldados-colonos (*centenaria*). A vigilância à distância era garantida por patrulhas montadas, a partir das estradas fronteiriças, verificando-se um notável desenvolvimento do uso da cavalaria, de acordo com a exigência de mobilidade e rapidez que o sector exigia.

Como dissemos, a defesa desta fronteira permeável levantou particulares dificuldades aos Romanos, cuja estratégia parece ter sido dominada pela contenção das monarquias parta e sassânida, com a obrigatória neutralização da Arménia, e salvaguarda dos territórios ocidentais onde se situavam os pontos terminais das grandes rotas comerciais asiáticas. O *Limes* tem, nestes confins imperiais, características fortemente defensivas, uma vez que a anexação do Império Persa não terá sido, verdadeiramente, um objectivo romano<sup>63</sup>. O contraste entre as características antrópicas da região nas épocas romana e bizantina e as actuais não podia ser maior, evidenciado, mais do que pela erudição dos especialistas, pelas invenções maravilhadas do imaginário local, como em certas ruínas romanas que os Beduínos acreditavam ser os restos de um palácio construído no deserto para uma rainha da fronteira, algures na Síria setentrional: *Dizia-se que o barro deste edifício fora amassado, para maior riqueza não com água, mas com os preciosos óleos essenciais das flores. Os meus guias, cheirando o ar como cães, levaram-me pelas salas em ruínas, dizendo: "esta é de jasmim, esta de violetas, esta de rosas"*<sup>64</sup>. Também aqui a História não se deteve e o *Limes*, vencidos os Bizantinos, foi incapaz de salvaguardar o que, outrora normal, ascendeu à categoria de maravilha.

No Norte de África os Romanos depararam, na falta de qualquer Estado organizado depois da anexação das Mauritânias, no século I, com o mesmo problema das tribos nómadas. A questão africana, do ponto de vista militar, era menos complicada que a existente no *Limes* oriental, como se deduz imediatamente do facto da guarnição para toda a região se limitar a uma legião e às tropas auxiliares equivalentes, a que podemos acrescentar uma coorte urbana em Cartago e os pequenos destacamentos navais de *Caesarea* (Cherchel) e *Apollonia* (Susah). O problema resumia-se, mais uma vez, a controlar os obscuros grupos em movimento nos limites do deserto e garantir a segurança dos estabelecimentos agrícolas e das cidades da zona romanizada, sem esquecer a necessidade de assegurar o fluir adequada do comércio saariano<sup>65</sup>. A construção de uma muralha contínua também neste caso se apresentava como solução pouco conveniente. É evidente que a influência romana se exercia muito para além do *Limes*, pelo que devemos aceitar a existência de uma zona intermédia, militarizada, entre os nómadas livres e a área cultivada e passavelmente urbanizada, a norte. Estudos recentes consideram como muros destinados a controlar movimentos no interior dessa zona algumas muralhas (*clausurae*), por vezes com dezenas de quilómetros de extensão, anteriormente consideradas como elementos fortificados<sup>66</sup>, hipótese que deve ser considerada com alguma cautela. Há mais de meio século, o historiador E. Gautier resumiu em poucas palavras a função do *Limes* e os seus

<sup>62</sup> Everett Wheeler, *The Army and the Limes in the East*, A Companion to the Roman Army, Malden, 2007, pp. 235-266; G. Findlater, *Limes Arabicus, via militaris and resource control in southern Jordan*, Proceedings of the XVIIIth International Congress of Roman Frontier Studies, I, Oxford, 2002, pp. 137-153.

<sup>63</sup> Petit, pp. 122-123, 323-326; Rouche, pp. 93-94.

<sup>64</sup> Lawrence, p. 40.

<sup>65</sup> Mortimer Wheeler, *Rome beyond the imperial frontiers*, Londres, 1955, pp. 119-137; Picard, pp. 94-96.

<sup>66</sup> Whittaker, pp. 38-39, 47-49, 145,150.

problemas: *Le limes n'était pas l'équivalent exact d'une frontière, qui séparait deux États. En deçà du limes il y avait l'empire romain. Mais au-delà il n'y avait à peu près rien; des solitudes, des terrains de chasse, de l'inorganisé. Le limes était la borne du territoire colonisé, administré. Au delà Rome avait quelques postes militaires de surveillance, celui de Messaad, par exemple. Et ça suffisait*<sup>67</sup>.

O estudo do *Limes* norte-africano iniciou-se no século XIX, por iniciativa de militares e arqueólogos franceses e ganhou notável incremento com os trabalhos de fotografia aérea de Jean Baradez. Este oficial francês publicou o resultado das suas investigações numa obra fundamental e que permanece como ponto de partida para qualquer estudo do *Limes* na Argélia e na Tunísia<sup>68</sup>, embora presentemente muitas das suas conclusões tenham sido abandonadas ou matizadas. Estudos posteriores demonstraram, como no Oriente, que a linha de fortes do século II coincide com a isoietas dos 400 mm de precipitação, limite da agricultura de sequeiro dos cereais, passando a *nova praetentura* severiana pela linha dos 100/150 mm, na transição da estepe para o deserto. Esta coincidência do chamado *Fossatum* com fronteiras ecológicas, recorrentemente invocada para defender a existência de uma colonização intensa na zona, reflecte a lógica que presidia à ocupação romana da região, cujos interesses se centravam na faixa litoral urbanizada e na produção de cereais e azeite, em parte provenientes da zona em questão<sup>69</sup>. Mesmo retirando alguma importância militar ao *Fossatum*, conferindo-lhe principalmente funções de controlo e regulação da transumância ou, como outros pretendem, funções fiscais, parece-nos difícil que as estruturas levantadas tenham ignorado os problemas de segurança numa fronteira onde as ameaças, mesmo de baixa intensidade, não deixavam de existir. Entre outros, G. Ch.-Picard e Jean-Marie Lassère chamaram a atenção para o impacto muito negativo sobre a vida tradicional dos nómadas provocado pelo reordenamento fronteiriço, isolando-os das áreas de pastagem, obrigando-os a transformarem-se em agricultores sedentários ou a enfrentar o internamento no deserto<sup>70</sup>. A construção de obras defensivas contando com fossos, muros, que chegam a atingir sete metros de altura, torres de vigia e portas, apoiadas na rectaguarda por numerosos fortes (Fig.22), representava um investimento elevado, para além dos custos de manutenção que implicava. O avanço da linha para sul não teria grande significado se o objectivo fosse apenas de tipo fiscal e não é menos certo que a presença de importantes vestígios de obras hidráulicas e de estabelecimentos não militares na rectaguarda do *Limes*, em parte ocupados por indígenas sedentarizados e veteranos das tropas auxiliares, obriga a considerar questões de segurança tão importantes como quaisquer outras das que já foram admitidas. Como escreveu David Cherry, neste momento devemos considerar o *Fossatum* como: *The most puzzling of the Roman frontier for-*

O *Fossatum*, ou *Limes* do Aurès, apoiava-se numa via estratégica que seguia de *Castellum Dimidi* em direcção a oriente, por *Gemellae* e *Ad Maiores*, para o Chot Djerid. É possível individualizar quatro linhas principais, a primeira entre o Oued Djedi e o forte de *Gemellae* (Fig.23), numa extensão de perto de 45 quilómetros, a segunda também com o mesmo desenvolvimento, mas um pouco retirada para norte, em direcção a

<sup>67</sup> E. F. Gautier, *Le passé de l'Afrique du Nord*, Paris, 1952, p. 213.

<sup>68</sup> Jean Baradez, *Vue aérienne de l'organisation des confins sahariens à l'époque romaine. Fossatum Africae*, Paris, 1949; Chevallier, pp. 80-85. Para uma avaliação recente das funções do *Fossatum*: David Cherry, *Frontier and Society in Roman North Africa*, 1998, Oxford, pp. 24-74.

<sup>69</sup> Gautier, pp. 210-214; Picard, pp. 3-4; Jean-Marie Lassère, *Ubique Populus*, Paris, 1977, pp. 305-312.

<sup>70</sup> Picard, pp. 65-68; Lassère, pp. 348-363.

<sup>71</sup> Cherry, p. 45.

*Thubunae*, uma terceira, com uns 70 quilómetros, a sul do Planalto da Nemencha, e finalmente, a mais extensa, pois ronda os 140 quilómetros, a ocidente do Aurès e a norte do Hodna. Não existe sempre uniformidade nestas obras defensivas, o que pode reflectir, e isso é seguro nalguns casos, diferentes épocas, verificando-se alguma semelhança com as *clausurae* da Tripolitânia<sup>72</sup>. À margem de anacronismos irrelevantes cremos que a história recente das regiões onde o *Fossatum* foi estabelecido sugere que as questões de segurança, tanto interna como externa, estiveram na base da sua construção, ditando uma solução diferente da que foi decidida para defender o *Limes* da Mauritânia, que contava apenas com fortes<sup>73</sup>. Seja como for, não nos parece possível separar a existência do *Fossatum* dos grandes trabalhos de reordenamento territorial e populacional levados a cabo pelos Romanos na África Proconsular e na Numídia, os quais, no dizer de Jean-Marie Lassère constituíam para a população nómada ou semi-nómada *un vaste filel*<sup>74</sup>.

No século passado houve dois sistemas fortificados lineares, ambos constituídos por posições independentes, que marcaram a história militar: a Linha Maginot e a Muralha do Atlântico (*Atlantikwall*). A primeira destinava-se, realmente, a defender uma fronteira nacional, a de França, contra uma possível invasão alemã, enquanto a segunda, de desmesurada extensão, buscava defender a *Festung Europa* hitleriana contra a abertura da famigerada “Segunda Frente”. Estas linhas reflectiam uma estratégia defensiva cujos resultados se verificaram desastrosos e cujas causas, sobretudo no primeiro caso, continuam a alimentar polémicas. Ambas se aproximam, pelos seus objectivos exclusivamente militares e defensivos, das Linhas de Torres Vedras. O falhanço das duas pode imputar-se directamente a um certo irrealismo na sua construção, tanto como aos erros cometidos, na hora decisiva, por quem decidia.

O caso da Linha Maginot, assim denominada em honra do Ministro da Guerra francês André Maginot, que votou os créditos necessários para iniciar as obras, inspiradas pelo seu antecessor Paul Painlevé, é particularmente ilustrativo de uma situação que um especialista de assuntos militares classificou de *letargia pacifista*<sup>75</sup>. Na verdade a construção da Linha Maginot, inspirada pelas terríveis experiências da I Guerra Mundial no tocante a baixas, reflectia aquilo que o programa de reorganização militar estipulava, dotar a França de um aparelho militar de natureza defensiva e reservista<sup>76</sup>. Opôr esta estratégia, apoiada numa opinião pública viciada, sobretudo durante o período de governo da Frente Popular, ao dinamismo que o regime nacional-socialista imprimiu ao rearmamento da Alemanha e às suas reivindicações, determinou que os objectivos da Linha Maginot estivessem ultrapassados ainda antes do fim da sua construção, que terá custado à França qualquer coisa como cinco biliões de francos. Não se pode considerar que as formidáveis fortificações que foram levantadas ao longo da fronteira, dos Alpes até ao Mar do Norte, fossem obsoletas ou de fraca qualidade técnica, pois o problema maior terá residido no moral, disciplina e aptidão para o combate das tropas francesas por altura da ofensiva alemã em 1940, aspectos acerca dos quais existem severíssimos juízos<sup>77</sup>.

Embora vulgarmente se entenda por Linha Maginot apenas uma parte das

<sup>72</sup> P. Troussset, *Recherches sur le Limes Tripolitanus*, Paris, 1974, pp. 140-141; D. J. Mattingly, *Tripolitania*, Londres, 1994, pp. 106-115.

<sup>73</sup> Petit, 109-111. É muito significativo que os limites das regiões militares (*Wilayas*) 1 e 3 da ALN, durante a Guerra da Argélia, correspondam praticamente ao traçado do *Limes*.

<sup>74</sup> Lassère, p. 353.

<sup>75</sup> Eddy Bauer, *História polémica da Segunda Guerra Mundial* (trad. Manuel Correia Leite), 2, Mem Martins, 1967, pp. 28-30.

<sup>76</sup> Bauer, 1, 1967, p. 320.

<sup>77</sup> Bauer, 2, 1967, pp. 127-135.

fortificações, na fronteira com a Alemanha, o sistema abrangia também a fronteira com a Itália e, embora de forma simplificada, pois se tratava fundamentalmente de fortificações de campanha, bastante mais ligeiras, a fronteira com a Bélgica (Fig.24), país que em 1936 voltou a proclamar a sua neutralidade. Esta evidente fraqueza do sistema tem sido interpretada como resultado de uma política que pretendia evitar qualquer sugestão de insegurança quanto à posição belga, política e militar, apesar das divergências quanto a um plano franco-belga, com a esperada colaboração inglesa, destinado a travar uma agressão alemã<sup>78</sup>. O primeiro objectivo da Linha Maginot era, precisamente, o de travar o ataque germânico, ganhando tempo até se processar a mobilização francesa e iniciar um contra-ataque, mas a incompreensão do Estado-Maior gaulês em relação ao que seria a estratégia alemã e a continuação dos trabalhos de reforço das defesas levaram a considerar a Linha Maginot intransponível.

Outras opiniões parecem-nos menos claras e dificilmente sustentáveis, como é o caso da teoria que pretende que a fraqueza da linha na fronteira franco-belga se destinava a induzir uma invasão através da Bélgica, tal como na I Guerra Mundial, levando a uma repetição do Plano Schlieffen. Se assim foi, a estratégia francesa eliminou a principal função da Linha Maginot, com a agravante de que aquele célebre plano era agora exequível por parte das forças alemãs, como o demonstrou a *Blitzkrieg*, em tudo oposta à concepção francesa da defesa estática. Kafka, que não era estratega nem militar, não deixou de atentar numa situação deste tipo, quando escreveu sobre a Muralha da China: *No fim de contas, a muralha destinava-se, como se afirmou, a servir de protecção contra os povos do Norte. Mas como pode uma muralha proteger, se não é uma estrutura contínua? Não só ela não pode proteger, como o que existe passa a estar em permanente risco*<sup>79</sup>.

As primeiras construções foram levantadas, nos Alpes, logo em 1928, continuando os trabalhos, com numerosa mão-de-obra civil e militar enquadrada pela *Comission d'Organisation des Régions Fortifiées*. Os trabalhos de construção das fortificações, num período de grave depressão, foram bem aceites pela população em geral, devido ao estímulo económico e ao carácter defensivo que lhes foi atribuído. Para termos uma ideia rápida da envergadura dos trabalhos basta referir que só no forte de Schoenenbourg, na Alsácia, foram gastos 35000 metros cúbicos de betão. Ainda assim, sobretudo na fronteira franco-alemã, o estabelecimento das estruturas componentes da Linha Maginot não deixou de perturbar o quotidiano dos pequenos povoados e as actividades do cenário rural onde foram construídas. Em grandes traços, o sistema contava com uma linha de postos avançados, a cerca de dois quilómetros da linha de resistência principal, onde se concentravam os principais meios de fogo, com destaque para o famoso canhão de 75 mm, bem protegidos em torres ou casamatas (Fig.25), assim como defesas anticarro e barreiras de arame farpado. Seguiu-se uma terceira linha, constituída por abrigos e casernas subterrâneas, exclusivamente destinadas a sustentar o combate a curta distância. Na rectaguarda situavam-se as instalações de apoio logístico, sobretudo centrais telefónicas e eléctricas, depósitos diversos, casernas de tempo de paz e serviços de saúde, tudo servido por estradas militares e vias férreas de bitola reduzida<sup>80</sup>, enquanto nas aldeias vizinhas se instalaram com frequência familiares dos oficiais.

As obras da Linha Maginot são subterrâneas, salvo as entradas, que no caso das posições principais em terreno plano se podem situar a alguns quilómetros, contando

---

<sup>78</sup> Wanty, 2, pp. 86-291; Bauer, 2, 62-66.

<sup>79</sup> Kafka, p. 8.

<sup>80</sup> Yves Barde, *Histoire de la fortification en France*, Paris, 1996, pp. 197-112; William Allcorn, *The Maginot Line 1928-1945*, Oxford, 2003.

com uma rede de galerias em profundidade. Casernas, paiól, cozinha, enfermaria e central eléctrica situavam-se normalmente perto das entradas, ligadas aos blocos de combate e ao posto de comando por uma galeria principal, dotada de um combóio de via estreita de tracção eléctrica (Fig.26). A protecção das peças de artilharia e das armas de infantaria era garantida por casamatas de betão e por torretas (*cloches*) fixas ou eclipsáveis, muito numerosas, protegidas, quando recolhidas, por uma calote de aço de 30 centímetros de espessura. A linha constituía, no seu conjunto e para além de todas as fraquezas pontuais, um formidável obstáculo. Compreenderam-no perfeitamente os responsáveis pela operação *Fall Gelb*, cuja brilhante execução permitiu contornar a principal linha de defesa francesa, através das Ardenas, cortando em dois o dispositivo aliado e isolando as tropas de guarnição na Linha Maginot, neutralizando desta forma cerca de 400000 homens<sup>81</sup>.

Podemos reconstituir a vida da guarnição da Linha Maginot, quer a partir de numerosa documentação escrita e iconográfica, quer a partir do que dela resta, apesar das muitas destruições e vandalismos sofridos desde que o Exército Francês a abandonou gradualmente a partir de 1961. A rotina e a inacção, ainda que quebrada por eventuais licenças ou pela continuação de trabalhos de organização do terreno, com grave prejuízo para a instrução<sup>82</sup>, não deixaram de influenciar a prontidão das tropas que nela estacionavam (Fig.27), que em muitos casos resistiram em condições difíceis até à assinatura do armistício, honrando o seu lema: *On ne passe pas*. Vejamos o testemunho de quem contactou com esses militares: *Por exemplo, para designar o lugar onde vivem, não dizem nunca, como os de lá de cima, “Linha Maginot” ou “o baluarte”, mas “o buraco”. A esta profundidade não se podia encontrar melhor denominação. É descritiva.*

*Eu – dizia-me um metralhador – há exactamente um ano que estou no buraco. Falava com ar fanfarrão, mas o seu orgulho era aparente e ao cabo de cinco minutos já me confessava timidamente: – De qualquer maneira torna-se difícil... Como será possível suportar esta perpétua sombra, esta excessiva pressão atmosférica, esta humidade constante?*<sup>83</sup>.

Assim, é natural que nesta espécie de monstruoso submarino permanentemente megulhado, os homens procurassem compensar o isolamento e combater a claustrofobia decorando as paredes com uma enorme panóplia de frescos, apenas em parte patrióticos, onde a vontade de evasão se faz sentir nas figuras extraídas de filmes de animação, onde o Rato Mickey pontifica, nas caricaturas de artistas da época, Josephine Baker e Fernandel incluídos, nas figuras femininas passavelmente eróticas e nas extraordinárias representações de paisagens em *trompe l’oeil*, vistas através de janelas imaginárias onde não faltam sequer os cortinados, recordando as conhecidas pinturas da *Domus Aurea*<sup>84</sup>. Particularmente impressionantes e esclarecedoras são as pinturas com paisagens ensolaradas, tropicais, com palmeiras e mar azul, repletas de evocações africanas e de sonhados cenários da *Ave do Paraíso*, entre os quais avulta, no seu colorido berrante e desenho fruste, o de um casal enlaçado sob uma fulgurante e enorme roda solar. Esta arte de catacumbas, com fome de ar e de luz, reflecte, melhor que quaisquer páginas escritas sobre o quotidiano dos militares nas posições da Linha Maginot, o seu sentir profundo.

A importância da Linha Maginot na história das fortificações e o seu discutido papel na derrota francesa de 1940 não permitem que prolonguemos esta breve abordagem. Que

<sup>81</sup> Bauer, 1, 1967, pp. 338-345; 2, p. 290.

<sup>82</sup> Bauer, 2, 1967, p. 132.

<sup>83</sup> Roland Dorgelès, “*Drôle de Guerre*”, Grande Crónica da II Guerra Mundial, I, Lisboa, 1975, p. 101.

<sup>84</sup> Mortimer Wheeler, *Roman Art and Architecture*, Londres, 1964, pp. 185-187; [www.maginot.line.com](http://www.maginot.line.com) (Maio 2010).

a polémica em torno do que se passou está longe de terminar e que a opinião pública continua dividida mostra-o claramente uma sondagem efectuada recentemente através da *internet* e que obteve muitos milhares de respostas, sondagem na qual 46% dos participantes consideraram que a Linha Maginot teve influência no decorrer da campanha de 1940, enquanto 38% optaram pela negativa<sup>85</sup>. Que as fortificações tinham verdadeiro valor militar prova-o o facto de os Alemães terem utilizado algumas das suas posições contra os Aliados, causando-lhe alguns reveses em 1944, preludiando o que se seguiria na *Westwall*, a Linha Siegfried, estabelecida para lá da fronteira germânica e cujas qualidades defensivas não eram apenas um tópico de propaganda<sup>86</sup>, embora não atingissem a amplitude das fortificações francesas.

Terminaremos esta nossa evocação de algumas linhas fortificadas que, ao contrário das Linhas de Torres, não se mostraram, de uma ou de outra forma, invencíveis, com uma breve referência às defesas que os Alemães construíram ao longo das costas da Europa ocupada, desde a fronteira franco-espanhola até à Noruega (Fig.28). A construção da Muralha do Atlântico (*Atlantikwall*) teve início em 1942, de acordo com a Directiva Número 40 emanada de Hitler, destinando-se inicialmente à defesa das bases navais em França<sup>87</sup>. Todavia, com o tempo, confirmando-se a impossibilidade evidente de invadir a Inglaterra, o sistema estendeu-se a partir de finais de 1943 a toda a costa atlântica sob controlo alemão. A Muralha do Atlântico, que a propaganda mostrava como um sistema de defesa intransponível, reflectia, afinal, o falhanço da estratégia alemã para ganhar a Segunda Guerra Mundial. No início de 1944 o Marechal Rommel assumiu o comando do Grupo de Exércitos B, que garantia a frente atlântica entre Ostende e o Rio Loire, cabendo-lhe também a supervisão das obras de fortificação entre a Dinamarca e a França. Com a energia que lhe era habitual, Rommel reforçou a Muralha do Atlântico, especialmente nos sectores franceses, onde se esperava a invasão aliada, de forma rápida e eficiente, só limitado pela falta de meios de que o *Reich* se ressentia progressivamente. É bem conhecido um episódio verificado durante uma das suas visitas de inspecção à Muralha (Fig.29), quando ordenou a um oficial, comandante de uma das posições, que lhe mostrasse as mãos para confirmar a sua participação empenhada no reforço das obras defensivas<sup>88</sup>.

Com se depreende, a Muralha do Atlântico era constituída por uma infinidade de pontos de apoio dispersos, baterias de artilharia de diversos tipos e calibres, abrigos em betão e ninhos de metralhadoras, defesas completadas por campos de minas e obstáculos estabelecidos nas praias para dificultar desembarques. Muitas zonas nos estuários da costa francesa foram igualmente inundadas, o que viria a causar pesadas baixas aos Aliados. Para além deste dispositivo, que continuava a ser melhorado em Junho de 1944, as bases portuárias da costa francesa foram pesadamente fortificadas, de tal forma que algumas delas, como Lorient, La Rochelle e Saint Nazaire, só se renderam em Maio de 1945. Embora as defesas dos sectores franceses, sobretudo no Pas de Calais e da Normandia, fossem as mais impressionantes, sem esquecer o caso especial das Ilhas Anglo-Normandas, as restantes posições da Muralha do Atlântico não eram desprezíveis. Só nos fiordes de acesso a Bergen, por exemplo, foram instaladas 34 baterias costeiras e entre Narvique e Harstad, 80, parte das quais com peças de marinha de 406 mm, idênticas às que equipavam algumas das grandes baterias da costa francesa<sup>89</sup>.

<sup>85</sup> www.maginot67.com (Maio 2010).

<sup>86</sup> Bauer, 1, 1967, pp. 324-325; Steven Zaloga, *The Siegfried Line 1944-45*, Oxford, 2007.

<sup>87</sup> Barde, pp. 113-119; Rudi Rolf, *Der Atlantikwall. Die Bauten der deutschen Küstenbefestigungen 1940-1945*, Osnabrück, 1998; Steven Zaloga, *The Atlantic Wall*, 1-2, Oxford, 2007-2009.

<sup>88</sup> Paul Carell, *Eles at estão!* (trad. J. Bivar Salgado), Lisboa, 1976, pp. 36-38.

<sup>89</sup> Bauer, 6, 1969, pp.194-195; Steven Zaloga, *D-Day Fortifications in Normandy*, Oxford, 2005.

Sem corresponder ao que a propaganda oficial pretendia, as fortificações permanentes da Muralha do Atlântico teriam sido suficientes para travar a invasão aliada se, como Rommel desejava, os Alemães tivessem contra-atacado imediatamente. Não podemos esquecer, todavia, as fraquezas próprias do sistema, onde foram utilizados armamentos de proveniência diversa, em parte capturados ou retirados da *Westwall*, bem como a qualidade de algumas das tropas, que incluíam voluntários do Leste e soldados com uma média etária elevada<sup>90</sup>. Não é necessário recordar neste momento as peripécias do Dia D (*Decision Day*) nem dos outros que se lhe seguiram, pelo que resumiremos as causas do falhanço na Normandia ao que ficou implícito num relatório de situação elaborado no início da tarde do dia da invasão: *Nos arredores de Caen, no sector inglês, sucesso do adversário. Na zona Leste do sector americano, desembarque praticamente repellido em Vierville. O nosso contra-ataque progride no sector de Sainte-Mère-Église: o 8.º R. I. da 4.ª D. I. americana está aí imobilizado. Onde se encontra o nosso apoio aéreo? A aviação inimiga impede-nos totalmente qualquer reabastecimento ou movimento durante o dia*<sup>91</sup>. Mais do que qualquer outra razão foi, na verdade, a perda do domínio do ar, aliada à fraqueza dos meios navais disponíveis, que condenou os Alemães à derrota na defesa da

A construção da Muralha do Atlântico, a cargo da Organização Todt, gerida desde 1942 por Albert Speer, absorveu durante muitos meses meios abundantes e uma numerosa mão-de-obra<sup>92</sup>. Ainda que a maioria das obras fosse planeada pela engenharia militar alemã, empregaram milhares de prisioneiros e de trabalhadores compulsivos, provenientes dos países ocupados e da própria Alemanha, instalados em campos junto das frentes de trabalho. Estes trabalhadores, como é evidente, foram utilizados na construção das grandes obras defensivas da Muralha, enquanto as tropas se ocuparam de trabalhos de organização do terreno de menor envergadura, complementares daquelas. Tal como para a Linha Maginot, é fácil reconstituir a vida quotidiana dos militares destacados na *Atlantikwall*, apesar de tudo menos monótona (Fig.30), pois contava com a possibilidade de deslocações frequentes às povoações próximas, onde não era difícil encontrar um café acolhedor ou, mesmo, uma companhia simpática.

Como é evidente, a construção da Muralha implicou muitos contratemplos às populações por ela afectadas, que foram desde a destruição de casas, para libertar campos de tiro, até ao abandono de culturas e à impossibilidade de circular na proximidade das fortificações, com a quase total proibição de acesso às praias. Não esqueçamos que neste caso se trata de uma linha fortificada estabelecida em territórios ocupados, o que torna mais gravosa para as populações locais a presença das defesas e das suas guarnições, embora em certos casos tivesse contribuído para manter um mínimo de actividade económica regional. Os bombardeamentos e os combates durante a invasão aliada puseram a claro o perigo em viver junto às defesas alemãs, com inúmeras destruições e numerosas baixas civis, não obstante os avisos que preludiam a invasão para que os habitantes se refugiassem no campo, evitando a proximidade de locais militares importantes<sup>93</sup>. Muitas das fortificações da Muralha do Atlântico subsistem em bom estado, encontrando-se algumas musealizadas, enquanto outras foram destruídas deliberadamente ou por razões naturais, como sucedeu com os abrigos em betão que vimos tombados sobre a areia na praia de Lacanau, na

Terminaremos com uma reflexão sobre a necessidade de preservar e valorizar os

<sup>90</sup> Bauer, 6, 1969, pp. 200-204; Carell, pp. 13-18.

<sup>91</sup> Bauer, 6, 1969, p. 261.

<sup>92</sup> Thorsten Heber, *Der Atlantikwall 1940-1945*, I-II, Norderstedt, 2008; Fernan Gallego, *Os homens do Führer. A elite nacional-socialista (1919-1945)* (trad. Carlos Aboim de Brito), Lisboa, 2010, pp. 364-375.

<sup>93</sup> Carell, pp. 227-228.

testemunhos da história militar, não só a de um passado mais ou menos longínquo, e recordamos aqui os excelentes exemplos britânicos do *Hadrian's Wall Path* e do *Saxon Shore Way*, que permitem interessantes passeios a pé e de bicicleta ao longo destas famosas fortificações, mas também os da história recente. Razões políticas têm levado à destruição de importantes testemunhos da arqueologia militar, incluindo posições de linhas fortificadas, como sucede com a eliminação em progresso das instalações da Linha Siegfried, neste caso também com graves impactes de ordem ecológica<sup>94</sup>, e como tem acontecido de uma maneira mais ou menos significativa na Linha Maginot e na Muralha do Atlântico. Quem assim procede erra, pois os factos sobrevivem aos homens e ao betão. A destruição dos testemunhos materiais de uma época só consegue invocar o cinismo contra o qual nos alertaram Orwel e Huxley<sup>95</sup>. Sejam imparciais e responsáveis, conservando os vestígios das linhas fortificadas que defenderam tantos sonhos de poder, trazendo-os novamente ao quotidiano (Fig. 31), não como simples monumentos a esses sonhos, mas sim como memória de todos os que por eles foram sacrificados fazendo a História, aguardando que se concretize a grande ilusão de um mundo sem muralhas.



Fig. 1 – A barragem electrificada da Linha Morice na região fronteiriça de Bône (Annaba).

<sup>94</sup> A destruição dos testemunhos físicos do período hitleriano na Alemanha relaciona-se com o debate sobre a história recente conhecido por *Historikerstreit*, por vezes marginal a uma atitude científica, pondo em relevo as particulares dificuldades do estudo da História Contemporânea. A Linha Siegfried, do nome do herói mítico germânico é, nos seus restos conservados em zonas florestais, abrigo de muitas espécies ameaçadas, como o gato selvagem (*Felix Silvestris Silvestris*).

<sup>95</sup> Vasco Mantas, *Memorando sobre o ensino da História Antiga*, Actas do Segundo Congresso Peninsular de História Antiga, Coimbra, 1993, p. 1159. Referimo-nos, naturalmente, a 1984 e *Admirável Mundo Novo*, de leitura francamente actual.





Fig. 2 – Vestígios da aldeia de Bardowiek, na antiga fronteira da DDR.



Fig. 3 – Troço do período Ming da Grande Muralha (Jinshanling).



Fig. 4 – Estátua moderna de Qin Shi Huangdi em Xian (Shaanxi).

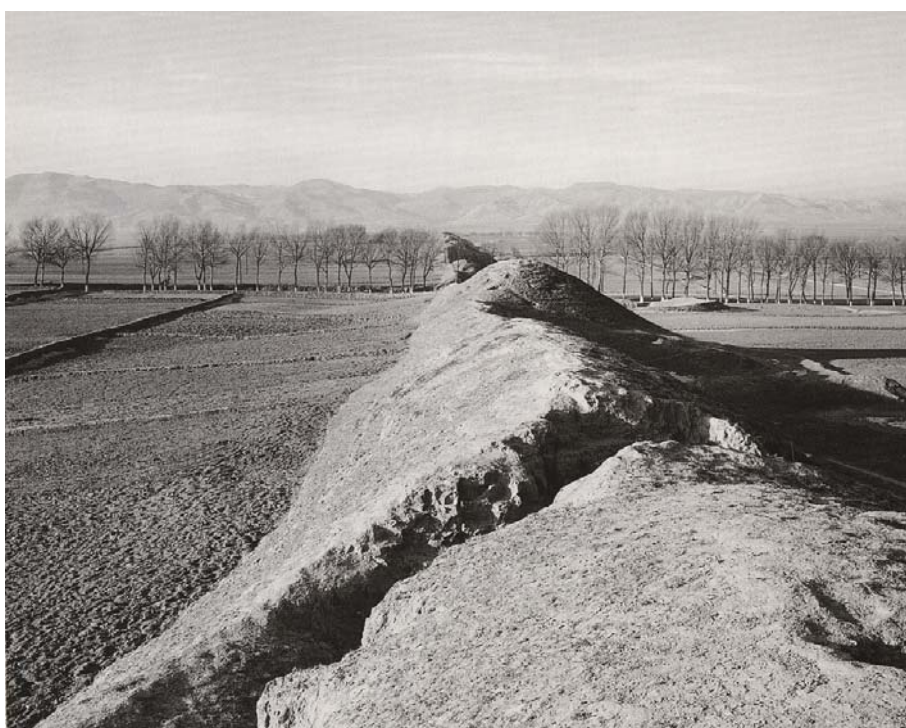


Fig. 5 – Vestígios da Grande Muralha da dinastia Qin na região de Guyuan.



Fig. 6 – Traçado geral da Grande Muralha da China.



Fig. 7 – Planta de *Vindobona* (Viena), forte do *Limes* danubiano.

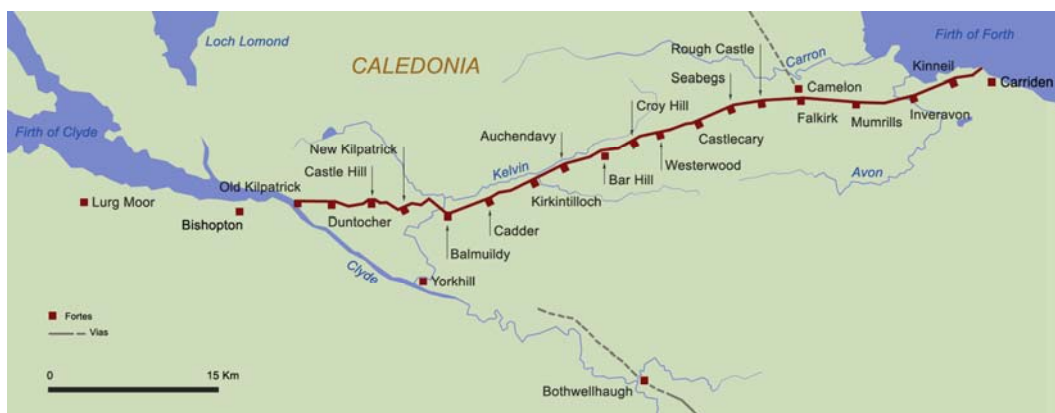


Fig. 8 – Traçado geral da Muralha de Antonino.



Fig. 9 – A Muralha de Adriano iluminada por archotes.

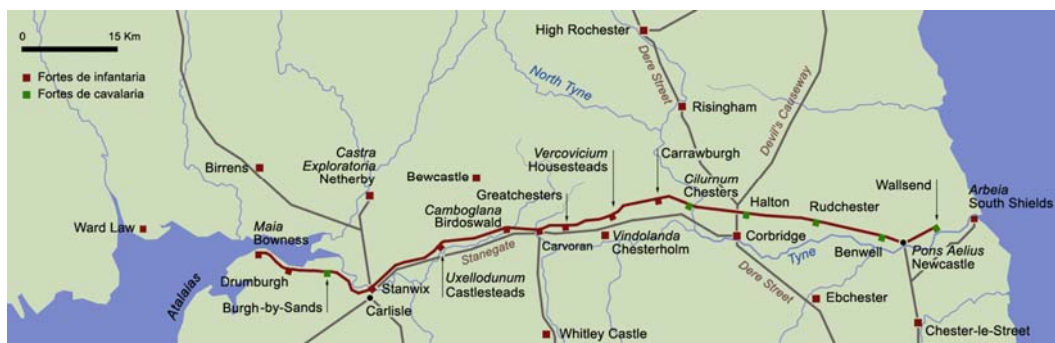


Fig. 10 – Traçado geral da Muralha de Adriano.



Fig. 11 – Ruínas do forte de Poltross, na milha 48.



Fig. 12 – Reconstituição por Alan Sorrel do forte e *vicus* de Housesteads (*Vercovicium*).



Fig. 13 – Vinheta da *Notitia Dignitatum* com os fortes do *Litus Saxonicum* (Bodleian Library, Oxford).



Fig. 14 – Ruínas do forte de Reculver (*Regulbium*), Kent.



Fig. 15 – O grande forte de Portchester (*Portus Adurni*), Hampshire.

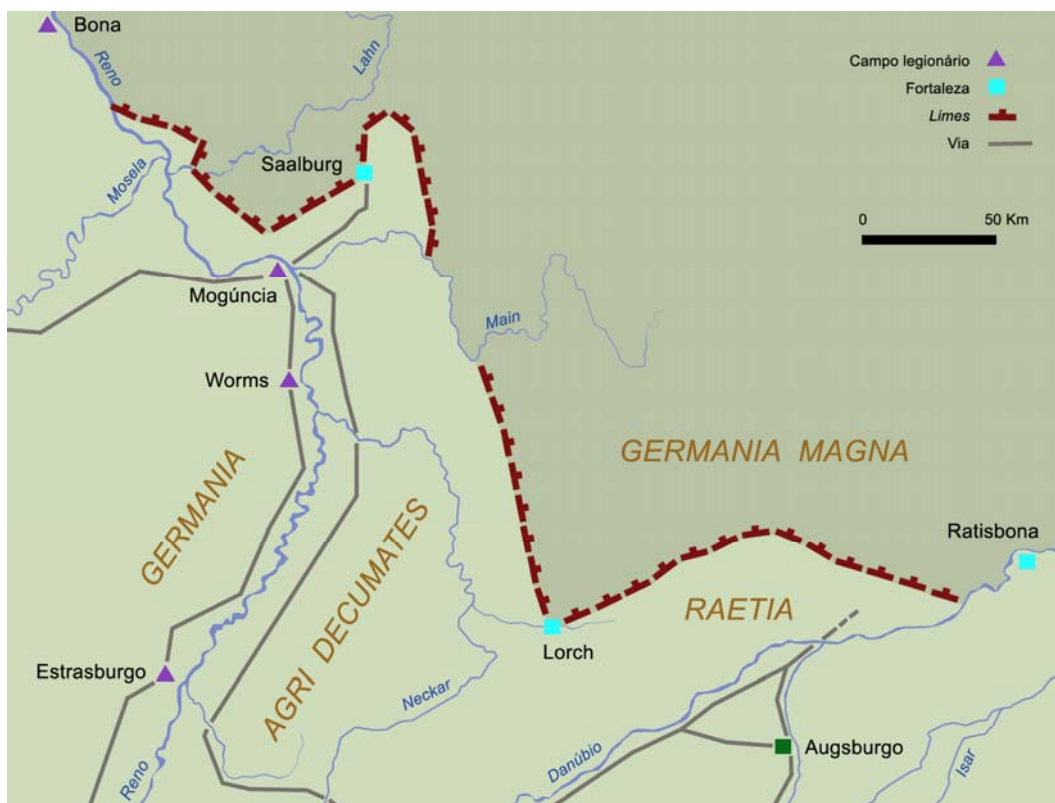


Fig. 16 – Traçado do Limes germânico e récio no século II.

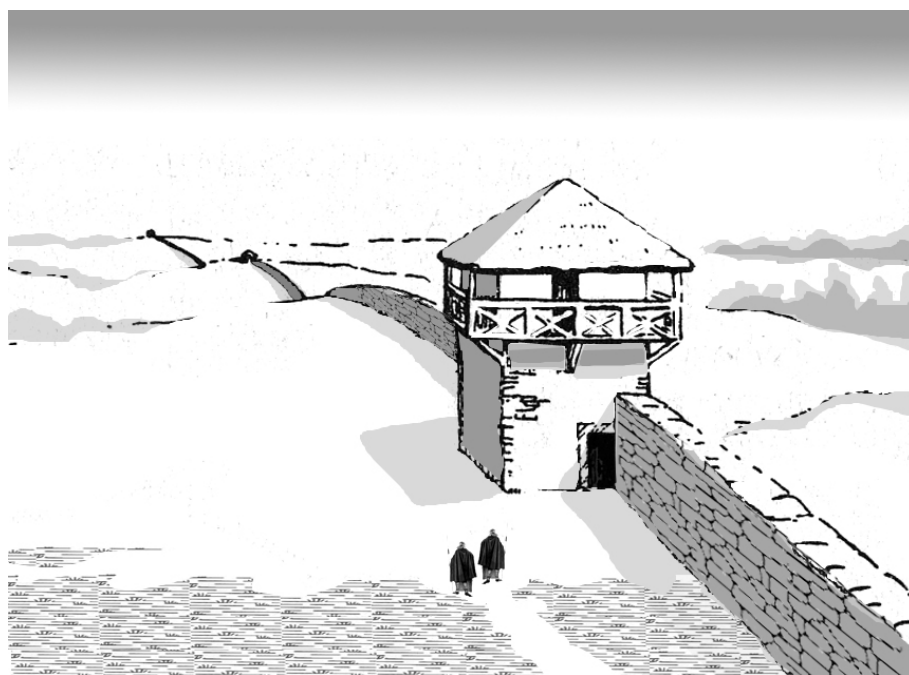


Fig. 17 – Reconstituição da muralha do Limes na Récia.





Fig. 18 – Porta principal (*Porta Praetoria*) do forte de Saalburg, reconstruída.



Fig. 19 – Forte otomano e poço de Qasr Dab'ah, na *Darb al-Shami* (Foto D. Kennedy / Aramco).



Fig. 20 – Esboço do sistema defensivo do *Limes* oriental no século IV.



Fig. 21 – Ruínas do forte romano de Da'Ajaniya (Foto D. Kennedy / Aramco).

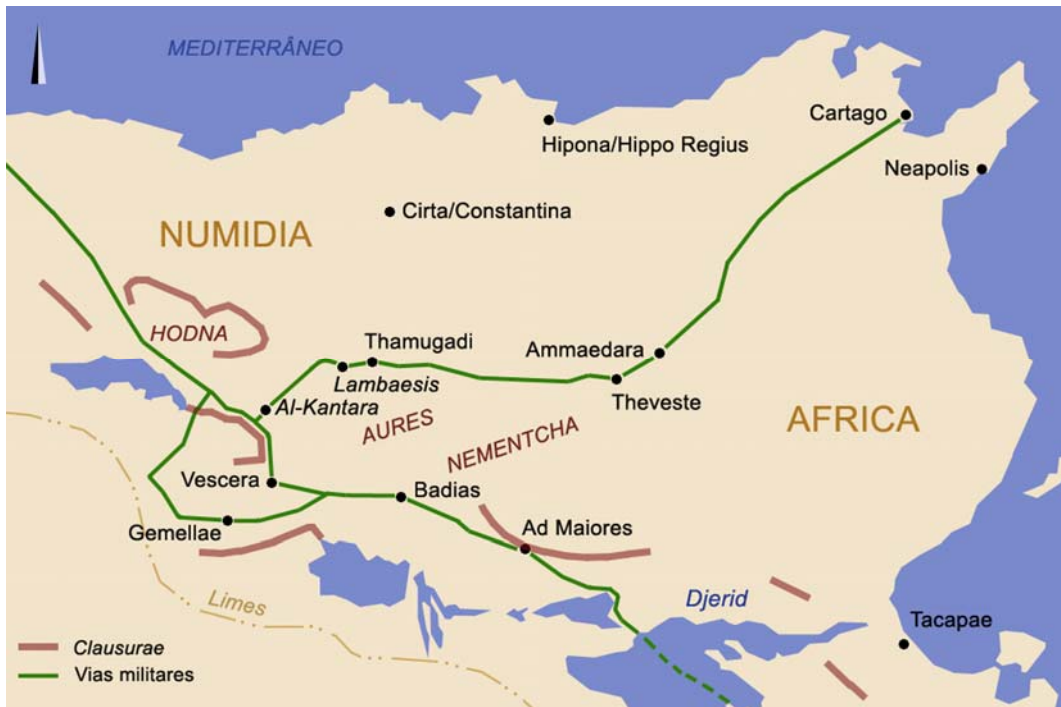


Fig. 22 – Localização das diferentes *clausurae* do *Limes* africano.



Fig. 23 – Um forte do *Limes* africano na Numídia: *Gemellae*.



Fig. 24 – Traçado geral da Linha Maginot.



Fig. 25 – Casamata de artilharia da Linha Maginot (Hochwald).



Fig. 26 – Veículo de tracção eléctrica da Linha Maginot.



Fig. 27 – Tropas da guarnição nos túneis de um forte da Linha Maginot.



Fig. 28 – Traçado geral das posições da Muralha do Atlântico em 1944.





Fig. 29 – O Marechal Rommel em visita de inspecção à *Atlantikwall* (BA:146.1974-132-28A).



Fig. 30 – Pausa num abrigo da Muralha do Atlântico: canções de Rudolf Carl ou Lale Andersen, leitura e cartas (BA: 183-J16737).

# Amts- u. Mitteilungsblatt des Marktes Kipfenberg



Nr. 8 / 2009

Kipfenberg, 01. August 2009

# LIMIESEFEST Kipfenberg



## 14. bis 17. August 2009

**Herausgeber:**

Markt Kipfenberg,  
Marktplatz 2, 85110 Kipfenberg  
Postfach 27, 85108 Kipfenberg  
Telefon (08465) 94 10-0  
Telefax (08465) 94 10-23  
Internet: <http://www.Kipfenberg.de>  
e-mail: [poststelle@markt-kipfenberg.de](mailto:poststelle@markt-kipfenberg.de)

**Parteiverkehr:**

Montag - Freitag:  
8.00 Uhr bis 12.00 Uhr  
Donnerstag:  
14.00 Uhr bis 17.00 Uhr

**Erscheinungsweise:**

Jeden 1. eines Monats - kostenlos

Fig. 31 – Anúncio da *Festa do Limes* em Kipfenberg, na Alemanha.